

Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

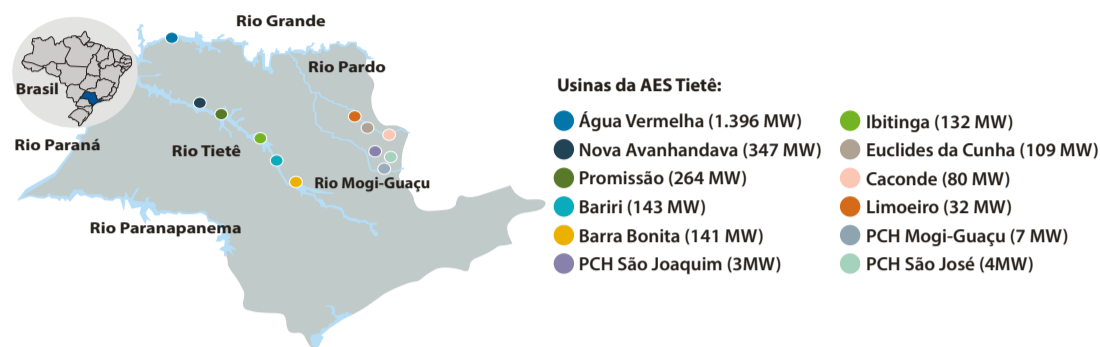
PERFIL

A AES Tietê Energia, uma geradora do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia. Por ser uma plataforma de energia adaptável às demandas de seus clientes, a AES Tietê Energia oferece produtos de pronta entrega e soluções sob medida que garantem autonomia em energia e permitem que os clientes decidam a forma mais sustentável de fornecimento em todos os sentidos: eficiência, disponibilidade/confiabilidade e inovação.

Parque Gerador

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, com duração de 30 anos a partir de 1º de abril de 1999. A AES Tietê Energia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por nove usinas hidrelétricas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"). As concessões das usinas hidrelétricas e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operar até o ano de 2032. Sua capacidade instalada é de 2.658 MW e garantia física bruta para o ano de 2017 é de 1.278 MWh.

As usinas da Companhia estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



As 12 usinas da AES Tietê Energia possuem licenças ambientais de operação obtidas e válidas. Duas delas - Água Vermelha e Caconde - são licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e as demais, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB").

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Tietê Energia faz parte, está orientada por uma nova missão e visão, revisadas para o ciclo 2017-2021. A Companhia tem como missão promover o bem-estar e o desenvolvimento com o fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia e sua visão é ter o reconhecimento de seus clientes e acionistas como sendo o principal parceiro de soluções inovadoras de energia de forma segura, sustentável, confiável e acessível. Promover inovação, garantir a eficiência operacional, ampliar opções e reduzir riscos são os quatro direcionadores estratégicos definidos pela Companhia para atingir seus objetivos. Dessa maneira, alinhado com os direcionadores estratégicos, missão e visão da AES Brasil, a AES Tietê Energia tem como foco, até 2020, compor 50% do seu EBITDA com fontes de energia não hidráulicas com contratos regulados de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia busca complementar seu portfólio com novas energias/tecnologias, como geração distribuída e armazenamento de energia via baterias, conforme será mencionado a seguir.

Soluções & Serviços

Como destacado ao longo dos últimos períodos, a AES Tietê Energia vem trabalhando no crescimento de suas operações por meio de novas energias, soluções energéticas e prestação de serviços no setor. Com isso, a Companhia se dedica às seguintes frentes:

- Aos negócios de geração distribuída, incluindo projetos em energia solar e cogeração a gás;
- As soluções de comercialização;
- Ao armazenamento de energia via baterias ("Energy Storage"), contando com a expertise e liderança global do Grupo AES;
- À prestação de serviços para projetos relacionados à geração distribuída (incluindo serviços de instalação, manutenção, gestão, assessoria, eficiência energética); e
- À melhoria dos sistemas elétricos.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

Potencial Aquisição

Em 13 de janeiro de 2017 a AES Tietê Energia acordou com a Renova Energia S.A. uma proposta para a aquisição do conjunto de parques eólicos que constituem o Complexo Alto Sertão II, cuja totalidade da participação acionária pertence à Renova Eólica Participações S.A., por um valor total, ainda sujeito a alterações, de R\$ 650,0 milhões. O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 386,1 MW, e energia contratada por 20 anos, por meio dos leilões de energia nova realizados em 2010 e 2011. A consumação da Potencial Aquisição ainda dependerá, dentre outros fatores, da negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, da conclusão satisfatória pela Companhia da auditoria legal, técnica e contábil em andamento, das aprovações societárias necessárias, e da aprovação prévia dos credores do Complexo Eólico Alto Sertão II. A aquisição contribui para a estratégia de crescimento da AES Tietê Energia de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

Projetos em Desenvolvimento

Nas iniciativas de crescimento e expansão de sua capacidade instalada, a Companhia iniciou, no ano de 2015, o desenvolvimento do projeto solar Água Vermelha II ("AGV II") com capacidade instalada de até 150 MW e localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, próximo da usina hidrelétrica de Água Vermelha da AES Tietê Energia. O projeto já possui um contrato de opção pelo arrendamento de terra assinado, solução de conexão definida e licença ambiental prévia emitida pela CETESB em 16 de maio de 2016, estando apto para participar de leilões no ano de 2017. A Companhia também possui em sua carteira, o projeto Termo São Paulo que consiste na construção de uma termelétrica a gás natural com capacidade líquida de geração de aproximadamente 500 MW, no Estado de São Paulo. Além dessas iniciativas, a AES Tietê Energia também possui uma opção de compra de um projeto termelétrico no Estado de São Paulo, com capacidade instalada líquida de 579 MW. Porém, o principal entrave de ambos os projetos, que é o contrato de fornecimento de gás, continua sem solução até a presente data. Por conta do entrave citado acima, em março de 2016 a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia ("EMAE") de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade do desenvolvimento de uma termelétrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis no site da EMAE, onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de pré-viabilidade ambiental para a definição da potência permitida, necessária para o início desse projeto, para então se iniciar o processo de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a AES Tietê Energia também estuda uma iniciativa para viabilizar o fornecimento de gás para os projetos termelétricos com a construção de um terminal de regaseificação na costa do Estado de São Paulo, onde diversas localizações estão em análise.

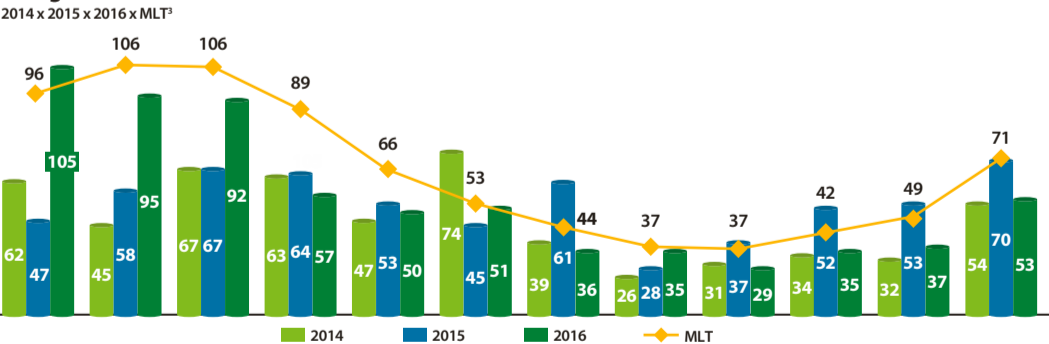
Novas Tecnologias/Novos Negócios

A expansão das fontes renováveis intermitentes na matriz de geração elétrica brasileira, como parques eólicos e solares, demanda novas soluções operacionais e tecnológicas. Em paralelo, desonerações fiscais, avanços regulatórios (como a Resolução Normativa 482/2012 da ANEEL, aprimorada pela Resolução Normativa 687/2015) e o aumento da tarifa regulada têm contribuído para acelerar a adoção da micro e mini geração no Brasil e, assim, diversificar e descentralizar a matriz elétrica. Em dezembro de 2015, a Companhia celebrou seu primeiro contrato de geração distribuída solar de 6 kWp¹ dentro da área de concessão da Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"). Tal projeto entrou em operação comercial em junho/2016. Em 2016 a AES Tietê Energia passou a oferecer soluções energéticas integradas - combinando soluções de comercialização de energia com geração distribuída. Ao longo do ano, a Companhia celebrou mais dois contratos de geração distribuída solar totalizando 36,3 kWp. A AES Tietê Energia também trabalha em estudos para a instalação de sua primeira "fazenda solar" para a geração distribuída solar através do modelo de autoconsumo remoto. Armazenamento de energia, por meio de baterias, é outra importante linha de negócio com que a Companhia trabalha para viabilizar. A AES Corp é líder mundial em Energy Storage, e no Brasil a AES Tietê Energia é pioneira em oferecer esta solução para o mercado. Em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou um seminário internacional de Energy Storage em São Paulo, com o objetivo de manter constante diálogo com entidades do setor elétrico para apresentar a tecnologia, suas aplicações e benefícios, bem como contribuir para o aprimoramento do modelo regulatório, visando fomentar o crescimento de soluções de armazenamento. Com a possibilidade de diversas aplicações, algumas das mais promissoras para o Brasil, destaca-se a otimização de custos com reserva girante, a integração de fontes renováveis intermitentes, a geração de ponta e o diferimento/otimização de investimentos em linhas de transmissão e distribuição. A usina hidrelétrica de Bariri será a primeira usina nacional a ser integrada a um sistema de baterias para armazenar sua geração. O projeto piloto, com capacidade de 200 kVA em baterias de íons de lítio, será instalado em 2017 para demonstrar a clientes e órgãos reguladores como os equipamentos funcionam na prática. Com isso, o Brasil passará a fazer parte do mapa mundial do armazenamento de energia.

Afluências

O gráfico a seguir apresenta a afluência mensal registrada (também conhecida como Energia Natural Afluente ("ENA")²) para o Sistema Interligado Nacional ("SIN") ao longo de 2014, 2015 e 2016. Como pode ser observado, excluindo alguns meses, a afluência registrada esteve inferior à média de longo termo ("MLT") dos respectivos períodos, representada pela linha azul ilustrado no gráfico. Em 2016, a afluência no SIN totalizou 86,7% do MLT, uma redução de 2,7 p.p. frente ao ano anterior (89,4% da MLT em 2015).

Energia Natural Afluente no SIN - GWh



Reservatórios

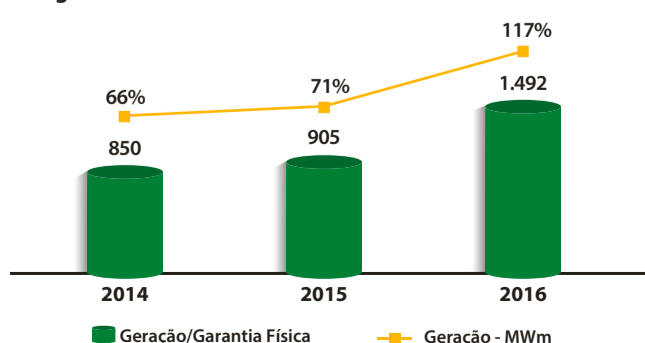
Apesar da afluência do SIN de 2016 ter sido inferior a verificada em 2015, os reservatórios apresentaram um aumento de 2,3 p.p. na comparação anual, fruto do maior nível dos reservatórios do SIN ao término do período úmido de 2016 (31,7% em 2016 versus 29,4% em 2015). O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê Energia encerrou dezembro de 2016 em 38,7%, nível inferior em 26,7 p.p. a 2015 (65,4%). Tal desempenho foi superior ao do submercado em que as usinas da Companhia estão localizadas (submercado Sudeste/Centro-oeste ("SE/CO")³), que, ao final mês de dezembro, estavam com 33,7% de sua plena capacidade, e ao desempenho do SIN, que ao final de 2016 estava em 31,7%, conforme mencionado.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E COMERCIAL

Desempenho Operacional

Em 2016, as usinas da AES Tietê Energia geraram 1.492,4 MWh de energia, volume 64,9% superior ao volume gerado em 2015. A variação é consequência das maiores afluências registradas no ano de 2016 em comparação a 2015 no submercado Sudeste/Centro-Oeste, em que as usinas da Companhia estão localizadas (94,9% da MLT em 2016 versus 84,6% da MLT em 2015).

Energia Gerada - MWh



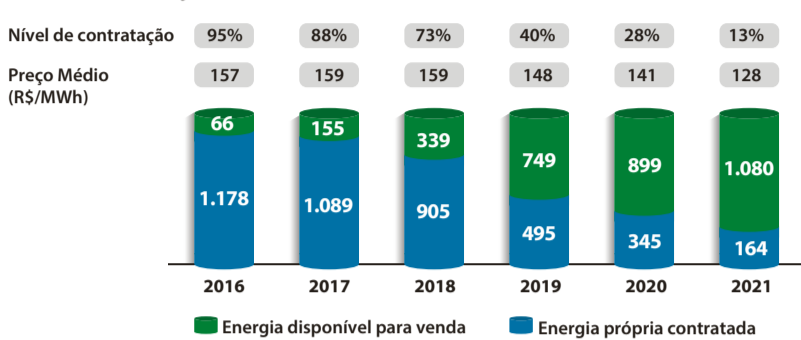
Satisfação do Cliente

No Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos objetivos é garantir a satisfação dos clientes. A meta da AES Tietê Energia, nesta esfera, é atingir um índice de satisfação do cliente de 90% até 2019. Pesquisas periódicas são realizadas com os clientes de comercialização para avaliar a satisfação deles com os serviços da empresa. No primeiro semestre de 2015, a pesquisa foi realizada pela primeira vez por um instituto independente. Em 2016 a AES Tietê Energia reestruturou sua plataforma comercial a partir da sua dedicação à comercialização de energia, com foco nos clientes. Com esta nova plataforma comercial, a Companhia passou a adotar procedimentos mais robustos de inteligência de mercado, ampliar a oferta de produtos oferecidos e atuar de maneira mais próxima dos clientes para entregar soluções eletroenergéticas sob medida e com autonomia.

Estratégia de Comercialização

A Companhia definiu como estratégia de comercialização para a sua energia disponível a partir de janeiro de 2016, a formação de uma carteira diversificada de fontes livres, de forma a substituir totalmente o contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que venceu em dezembro de 2015. Em função do cenário atual e da perspectiva de incremento do risco hidrológico, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia própria, disponível a partir de 2016, com o objetivo de reduzir possíveis riscos de exposição ao mercado de curto prazo e ao rebaixamento no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), conforme demonstrado no gráfico a seguir.

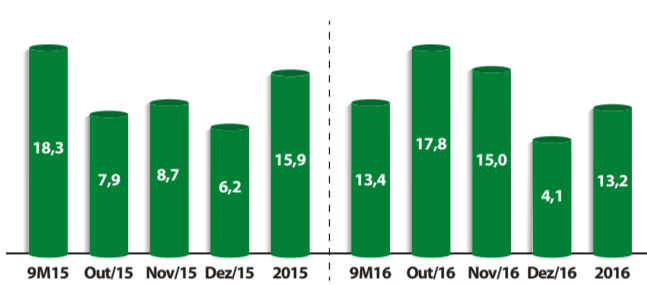
Histórico e Evolução da Carteira de Cliente⁴ - MWh



Garantia Física/Rebaixamento da Garantia Física

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende da hidrologia para a acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda a energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas. De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada pelas usinas hidrelétricas participantes desse mecanismo é alocado para cada usina, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física, também conhecida como energia assegurada. Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, denominado "Energia Secundária", é alocado proporcionalmente entre os geradores. Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do *Generation Scaling Factor* ("GSF"), efeito este conhecido como "Rebaixamento" da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). O rebaixamento no MRE verificado em 2016 foi de 13,2%, inferior ao registrado em 2015, que totalizou 15,9%. Apesar da piora da hidrologia registrada no SIN na comparação anual (86,7% da MLT em 2016 versus 89,4% da MLT em 2015), o menor rebaixamento é explicado pela manutenção da carga e menor despacho térmico no ano (11,4 GWh em 2016 versus 15,5 GWh em 2015). O gráfico a seguir apresenta os rebaixamentos contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no MRE nas liquidações financeiras efetuadas ao longo de 2015 e 2016.

Rebaixamento no MRE - %



Desempenho Comercial

A energia total faturada em 2016 alcançou 15.669,5 GWh, um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior. A maior parcela dessa energia foi destinada aos mercados livre ("Contratos Bilaterais"), representando 68% do total de energia faturada, somando 10.682,1 GWh, cuja finalidade foi substituir o contrato bilateral anteriormente firmado com a AES Eletropaulo, que venceu em 31 de dezembro de 2015. O volume de energia gerada que excede aos compromissos contratuais é direcionado primeiramente ao MRE e, posteriormente, ao mercado spot da CCEE. Caso a soma da energia gerada pelas usinas hidrelétricas seja menor que suas garantias físicas no SIN, um novo valor proporcional de energia disponível é calculado para cada gerador apenas para efeitos do MRE. Em função dessa nova alocação da garantia física, a eventual exposição das usinas do SIN é liquidada ao valor do PLD, também conhecido como mercado spot. Apesar da redução de 11,9% do volume de energia faturada por meio dos contratos nos ambientes regulados e livre, devido ao fim do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, em 2016 houve um aumento de 179,5% na energia faturada por meio da CCEE, principalmente em função do maior volume de energia faturada no âmbito do MRE (3.854,3 GWh), o que representou um aumento de 310,0% em comparação com o ano de 2015 (940,0 GWh). Na tabela a seguir é demonstrada a energia faturada da AES Tietê Energia.

Energia Faturada - GWh	2015	2016	Varição (%)
Energia Faturada	14.484,6	15.669,5	8,2%
Energia Contratada	12.961,9	11.413,3	-11,9%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	11.107,7	-	-100,0%
Mercado Livre	1.854,2	10.682,1	476,1%
Mercado Regulado	-	731,3	-
CCEE	1.522,7	4.256,2	179,5%
Spot	582,7	402,0	-31,0%
MRE	940,0	3.854,3	310,0%

EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

Desempenho Econômico Financeiro

Nesta seção, para as informações de 2015, apresenta-se a posição consolidada da AES Tietê Energia S.A., que reflete as demonstrações financeiras da AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), antes de sua incorporação, e os resultados da controladora AES Tietê Energia S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia), após a reestruturação ("operações em continuidade"), mencionada na seção "Eventos Societários/Estrutura Acionária".

AES Tietê Energia S.A. - R\$ milhões	2015	2016	Varição (%)
Receita Bruta	2.779,2	1.762,6	-36,6%
Receita Líquida	2.625,8	1.561,3	-40,5%
Custos e Despesas Operacionais*	1.236,6	758,7	-38,6%
Resultado Bruto	1.219,6	644,4	-47,2%
EBITDA	1.389,2	802,7	-42,2%
Amortização de intangível de concessão	(56,1)	-	-100,0%
Resultado Financeiro	(107,6)	(135,8)	26,2%
Receitas Financeiras	101,0	87,5	-13,4%
Despesas Financeiras	(192,0)	(231,8)	20,7%
Variações Cambiais, líquidas	(16,6)	8,5	-151,5%
Provisão IR/Impostos diferidos	(317,2)	(150,0)	-52,7%
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	738,8	358,5	-51,5%
Operações descontinuadas	64,6	-	-100,0%
Lucro Líquido do exercício	803,3	358,5	-55,4%
* excluindo depreciação			
Receita Bruta/Líquida			
Em 2016, a receita operacional bruta da AES Tietê Energia totalizou R\$ 1.762,6 milhões, uma redução de 36,6% em comparação aos R\$ 2.779,2 milhões registrados em 2015. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:			
(i) redução da receita proveniente de energia vendida nos mercados livre e regulado no montante de R\$ 896,3 milhões, principalmente em função do término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo em 2015 e da consequente redução no preço médio de energia comercializada (R\$ 146,80/MWh em 2016 versus R\$ 198,40/MWh em 2015); e			
(ii) redução de R\$ 150,6 milhões da receita proveniente de energia vendida no mercado de curto prazo, em função do menor PLD no submercado SE/CO na comparação entre os períodos (R\$ 94,10/MWh em 2016 versus R\$ 287,20/MWh em 2015) e menor volume de energia vendida; parcialmente compensada pelo;			
(iii) aumento de R\$ 34,8 milhões proveniente da receita de energia vendida no MRE na comparação entre os períodos, em função do maior despacho das usinas da Companhia.			

Receita Bruta - R\$ milhões	2015	2016	Varição (%)
Suprimento de Energia	2.779,2	1.762,6	-36,6%
Energia Contratada	2.571,7	1.675,4	-34,9%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.355,2	-	-100,0%
Mercado Livre	216,5	1.571,6	625,8%
Mercado Regulado	-	103,8	-
CCEE	207,3	87,0	-58,0%
Spot	193,9	33,2	-81,9%
MRE	12,3	47,1	283,5%
Outras (Administrativos)	11,1	6,8	-39,3%
Outras receitas*	0,3	0,1	-59,0%

* Referem-se a aluguéis e faturamento de terceiros. No ano de 2016, as deduções da receita totalizaram R\$ 201,3 milhões versus R\$ 153,4 milhões em 2015, um aumento de 31,2%. As deduções com PIS/COFINS alcançaram R\$ 160,6 milhões, o que representa um aumento de 28,5% no comparativo com 2015. Esse desempenho é explicado pelo aumento da alíquota de PIS/COFINS para 9,25% (regime não cumulativo), considerando o encerramento do contrato com a AES Eletropaulo (no qual a alíquota aplicada era 3,65% (regime cumulativo)). No que se refere às deduções de receita com ICMS, o aumento está associado à incidência de ICMS em parte dos contratos celebrados pela Companhia no âmbito do mercado livre, que é passado para os clientes. Em relação às deduções de receita com Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), de acordo com a Lei nº 12.111/09, geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente ao menos 1% de sua receita operacional líquida em P&D. Em 2016, foram registrados R\$ 14,2 milhões em deduções da receita relativas a P&D comparado a R\$ 26,3 milhões em 2015 (redução de 46,0%). Em 2016, a receita operacional líquida totalizou R\$ 1.561,3 milhões, o que apresenta uma queda de 40,5% em relação ao ano de 2015 (R\$ 2.625,8 milhões), conforme mencionado nos trechos acima.

Custos e Despesas Operacionais
 Na comparação do ano, os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 758,7 milhões em 2016, uma redução de 38,6% em relação ao valor registrado em 2015 (R\$ 1.236,6 milhões), fruto da redução de compras de energia para revenda, no valor de R\$ 534,9 milhões (R\$ 317,6 milhões em 2016 versus R\$ 852,5 milhões em 2015). Em 2016, despesas com PMSO (pessoal, material, serviço de terceiros e outras despesas) apresentaram um aumento de 12,8% em relação a 2015, como reflexo, principalmente:

- de maiores custos com pessoal, reflexo da incidência de 9,3% do acordo sindical ocorrido em junho de 2016 e da reestruturação do quadro de funcionários da Companhia que visa trazer maior agilidade no processo decisório e preparar a Companhia para a sua estratégia de crescimento e fornecimento de soluções integradas para seus clientes; e
- do aumento dos custos em R\$ 13,7 milhões na linha de outros, principalmente em função do pagamento de R\$ 28,0 milhões decorrente do acordo no âmbito do procedimento arbitral com o Banco BTG Pactual⁴, parcialmente compensada pela redução dos custos com doações relacionadas à lei de incentivo de cultura quando comparadas com 2015, resultando da queda da receita bruta da Companhia, que é utilizada como base para a aplicação do incentivo.

Custos e Despesas Operacionais - R\$ milhões	2015	2016	Varição (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado*	1.236,6	758,7	-38,6%
Encargos e taxas setoriais	165,6	194,6	17,5%
Energia comprada	852,5	317,6	-62,7%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	1.018,1	512,2	-49,7%
Pessoal	84,8	99,4	17,2%
Material e serviços de terceiros	98,5	98,2	-0,3%
Outros	35,2	48,9	38,9%
PMSO Reportado	218,5	246,5	12,8%

* Não inclui depreciação
EBITDA
 A AES Tietê Energia registrou EBITDA de R\$ 802,7 milhões em 2016 apresentando uma redução de 42,2%, em relação ao verificado em 2015 (R\$ 1.389,2 milhões).

⁴ Apenas energia convencional com exclusão de perdas e consumo interno; inclui contratos de energia firmados até 31 de dezembro de 2016; valores reais com base em dezembro de 2016.

¹ Kilowatt pico.
² A ENA é um parâmetro utilizado para representar as afluências em um aproveitamento hidrelétrico.
³ Atualmente o setor utiliza os valores da MLT divulgados em dezembro de 2016, referente à média de longo prazo desde 1931, e é passível de alterações (Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS")).

O desempenho está principalmente relacionado:

- à redução do preço médio da energia contratada em 2016 versus 2015, reflexo do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, com impacto negativo de R\$ 834,9 milhões na comparação entre os períodos. O preço médio do portfólio contratado, excluindo venda de energia no MRE e Spot, em 2016 é de R\$ 146,80/MWh versus R\$ 198,40/MWh em 2015; parcialmente compensado pelo;
- impacto positivo de R\$ 257,5 milhões no EBITDA proveniente do mercado de curto prazo, principalmente em função do menor volume de energia comprada no mercado de curto prazo (1.423,9 GWh em 2016 versus 2.315,3 GWh em 2015), e do menor valor do PLD na comparação entre os períodos (R\$ 94,10/MWh em 2016 versus R\$ 287,20/MWh em 2015).

Conforme a Instrução CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período das operações em continuidade (R\$ 358,5 milhões em 2016 e R\$ 738,8 milhões em 2015), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 150,0 milhões em 2016 e R\$ 317,2 milhões em 2015), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (despesa de R\$ 135,8 milhões em 2016 e de R\$ 107,6 milhões em 2015), da amortização do intangível da concessão (despesa de R\$ 56,1 milhões em 2015) e da depreciação e amortização (R\$ 158,3 milhões em 2016 e R\$ 169,6 milhões em 2015) totalizando conforme acima R\$ 802,7 milhões e R\$ 1.389,2 milhões em 2016 e 2015, respectivamente.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da AES Tietê Energia foi negativo em R\$ 135,8 milhões em 2016, ante um resultado negativo de R\$ 107,6 milhões em 2015. Contribuiu para esse desempenho, principalmente, a atualização monetária do valor provisionado à liminar do GSF de R\$ 25,1 milhões em 2016. Importante ressaltar que em junho de 2015, a Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica ("APINE") obteve uma liminar favorável a todas as geradoras hidrelétricas abarcadas pela associação, entre elas a AES Tietê Energia, que impede o deslocamento hidrolétrico seja alocado aos detentores da liminar. Apesar da existência da referida liminar, a Companhia manteve até 31 de dezembro de 2016, o provisionamento do montante total atualizado, de R\$ 315,0 milhões (R\$ 289,9 milhões de principal e R\$ 25,1 milhões referente a atualização monetária por IGP-M), relativamente à aplicação dos requerimentos do mecanismo de GSF.

Tal redução no resultado financeiro foi parcialmente compensada pelo ganho com atualização cambial sobre a provisão para o processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê Energia, o qual apresentou uma variação entre períodos de R\$ 24,9 milhões.

Lucro Líquido

A AES Tietê Energia registrou um lucro líquido de R\$ 358,5 milhões em 2016 ante R\$ 738,8 milhões em 2015 ("ex-operações descontinuadas"), uma redução de 51,5%. Contribuíram para tal desempenho, principalmente, os seguintes fatores:

- impacto negativo de R\$ 550,5 milhões em função, principalmente, do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, contribuindo para redução da margem da Companhia;
- impacto negativo de R\$ 37,9 milhões na rubrica de Imposto de Renda/Contribuição Social, resultado da reestruturação societária ocorrida no final de 2015 e redução com doações relacionadas à lei de incentivo de cultura, e de juros sobre capital próprio;
- aumento dos custos regulatórios de R\$ 19,1 milhões, influenciado principalmente pelo aumento das despesas com o CFURH, que sofreu um reajuste de 9,5% na TAR em janeiro/16;
- aumento do desempenho negativo do resultado financeiro, que contribuiu com R\$ 18,6 milhões para redução do lucro líquido no período; e
- o aumento dos custos com PMSO no valor de R\$ 18,5 milhões, reflexo dos maiores custos com pessoal e outros, sendo esse influenciado pelo acordo no âmbito do procedimento arbitral com o Banco BTG Pactual; parcialmente compensado;
- pelo menor exposição ao mercado spot e o menor valor do PLD, que resultou em um impacto positivo de R\$ 169,8 milhões;
- pela redução na rubrica amortização do ativo intangível da concessão no valor de R\$ 56,1 milhões, efeito ocorrido em 2015 e que não se repetiu em 2016; e
- pelo saldo positivo no MRE no valor de R\$ 38,9 milhões na comparação entre os períodos, fruto do maior despacho das usinas da Companhia em 2016.

Remuneração aos Acionistas

Dividendos AES Tietê Energia 2016 - R\$ milhões	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2016	358,5
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	61,9
Ajuste por conta de dividendos prescritos	0,6
Constituição de reserva legal	(21,0)
Base para pagamento de dividendos	400,0
Dividendos intermediários distribuídos	305,5
Juros sobre Capital Próprio	60,0
Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório	34,5
Total Distribuídos	400,0

Em vista do resultado apresentado acima e da estimativa de geração de caixa, a administração da AES Tietê Energia propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 358,5 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 61,9 milhões, dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, no valor de R\$ 0,6 milhão e retenção de R\$ 21,0 milhões para constituição de reserva legal, perfaz uma base para pagamento de dividendos de R\$ 400,0 milhões.

Ao longo de 2016, a Administração da Companhia distribuiu R\$ 305,5 milhões, referentes aos dividendos intermediários dos três primeiros trimestres de ano e R\$ 60,0 milhões sobre a forma de juros sobre capital próprio, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a administração da Companhia submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, prevista para ocorrer até 28 de abril de 2017, a proposta de distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social de 2016 no montante de R\$ 34,5 milhões, sendo R\$ 0,01754997248 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,08774986240 por unit.

Endividamento

Dívidas - R\$ milhões	Montante - R\$ milhões*	Vencimento	Custo Nominal
2ª Emissão de Debêntures	502,3	maio/19	CDI + 0,79% a.a.
3ª Emissão de Debêntures	308,1	março/20	108,20% CDI
4ª Emissão de Debêntures - 2ª série	148,2	dezembro/18	CDI + 2,15% a.a.
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	313,2	dezembro/20	IPCA + 8,43% a.a.
5ª Emissão de Debêntures	174,1	dezembro/23	IPCA + 6,54% a.a.

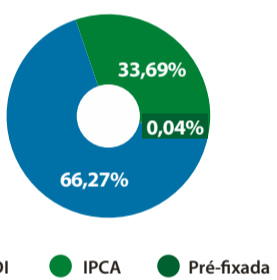
*Considera principal e juros

A dívida bruta da AES Tietê Energia totalizou R\$ 1.446,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, valor 3,9% superior à posição da dívida bruta em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.391,7 milhões). Essa variação está associada à 5ª emissão de debêntures em 15 de novembro de 2016 no valor de R\$ 180 milhões, adicionado à liquidação da 1ª série da 4ª emissão de debêntures no dia 15 de dezembro de 2016, com amortização no valor de R\$ 143,5 milhões.

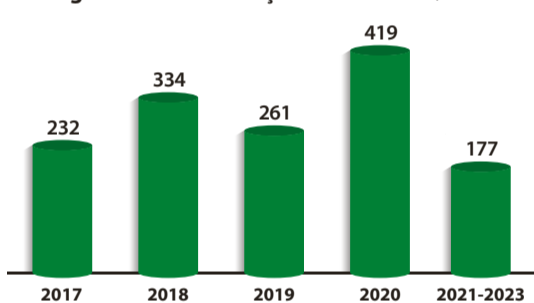
Em 2016 as disponibilidades somavam R\$ 577,6 milhões, montante R\$ 169,2 milhões inferior ao registrado no mesmo período de 2015 (R\$ 746,8 milhões). Dessa forma, a dívida líquida ao final de 2016 era de R\$ 869,0 milhões, montante 34,7% superior em relação à posição final de 2015 (R\$ 644,9 milhões), em função, principalmente, da redução de R\$ 169,2 milhões nas disponibilidades, aos juros provisionados da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 180 milhões, compensado parcialmente pela liquidação da 1ª série da 4ª emissão de debêntures.

Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como cronograma de amortização até 2023.

Dívida Bruta por Indexador



Cronograma de Amortização da Dívida* - R\$ milhões



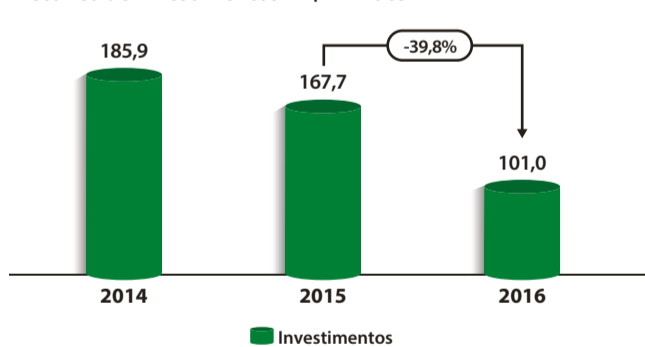
Investimentos

Os investimentos em 2016 somaram R\$ 101,0 milhões, montante 39,8% inferior ao valor investido em 2015 (R\$ 167,7 milhões). A decisão da Companhia pela realização desses investimentos visa à melhoria das suas condições operacionais e assegura a disponibilidade de seu parque gerador, resultando em ganhos de produtividade e eficiência.

Principais investimentos realizados em 2016

- R\$ 81,4 milhões - manutenção e modernização, principalmente referente à manutenção preventiva da usina de Água Vermelha e a construção do novo Centro de Operações de Geração e Eclusas ("COGE"), localizado no município de Bauru - São Paulo, responsável pelo gerenciamento centralizado das usinas da Companhia. O COGE conta com uma estrutura moderna, totalmente informatizada, promovendo maior automação dos processos, o que permite uma operação segura e remota de todas as usinas e eclusas da AES Tietê Energia, garantindo a alta disponibilidade dos sistemas e permitindo o ganho de eficiência operacional para a Companhia. A nova sede do COGE, que começará a operar em 2017, estará equipada com placas fotovoltaicas e uma célula de combustível, que contribuirá para o abastecimento de energia do local; e
- R\$ 1,8 milhão - projetos de TI.

Histórico de Investimentos - R\$ milhões



Em 2016, a AES Tietê Energia investiu R\$ 101,0 milhões, 17,3% acima do valor projetado para o ano de 2016, que era de R\$ 86,1 milhões, principalmente em função de antecipação da manutenção e modernização da usina de Água Vermelha na Unidade Geradora 3.

Plano de Investimento

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 400 milhões no período de 2017 até 2021, principalmente em modernizações nas usinas hidrelétricas, visando a melhoria contínua das condições operacionais e a garantia da disponibilidade da geração de energia em suas usinas, conforme apresentado na tabela a seguir.

Investimentos - R\$ milhões*	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	Total 2017 - 2021E
Investimentos	94,8	65,6	41,0	62,1	79,4	343,0
Juros de Capitalização	19,0	15,5	6,0	6,9	9,2	56,7
Total	113,8	81,1	47,1	69,0	88,6	399,6

* valores nominais

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2016, a AES Tietê Energia investiu R\$ 6,7 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, em produtividade e eficiência da performance para criar valor, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades e para o meio ambiente.

Destaca-se em 2016 o investimento de R\$ 1,6 milhão, equivalente a 24% do total, no desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia sustentável.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Segurança

Segurança é o valor número 1 do Grupo AES Brasil

O Programa de Segurança da Companhia, focado no fortalecimento de uma cultura de segurança, é realizado com base nas diretrizes globais da AES Corp, dos requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, certificado conforme a norma internacional OHSAS 18001 desde 2011, e na Política de Sustentabilidade da AES Brasil.

Em 2016, foram registradas duas ocorrências com afastamento de colaboradores contratados. Desde 2010, não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios e contratados. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Tietê Energia.

Segurança com a população

Durante as férias escolares, aumenta o número de frequentadores no entorno dos reservatórios das usinas em busca de lazer, principalmente para nadar e pescar, atividades que apresentam riscos de segurança.

Com foco na conscientização das comunidades do entorno das usinas, a Companhia realiza campanhas educativas sobre segurança e a importância do respeito às sinalizações existentes. Essas comunicações são transmitidas por meio de veículos de comunicação de grande alcance nos municípios em que estão localizadas as usinas da Companhia.

As usinas também ficam de portas abertas para receber estudantes das escolas locais para visitas, durante as quais são informados sobre como realizar atividades de lazer sem comprometer a segurança. Em 2016, mais de 5 mil pessoas participaram de visitas às usinas e eventos desenvolvidos pela AES Tietê Energia. Nenhum acidente com a população é registrado desde 2009 nos reservatórios das usinas da Companhia.

Gestão Ambiental

Em conformidade com o Sistema de Gestão Ambiental ("SGA") da AES Tietê Energia, certificado de acordo com a norma ISO 14.001, os impactos negativos gerados pelas unidades são mapeados e mitigados pelas ações desenvolvidas pelos programas ambientais e ações realizadas nas instalações.

O SGA oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio da definição de objetivos, metas e programas de gestão e avaliação do desempenho ambiental, padronizando, assim, os processos e as atividades da empresa, e identificando os principais riscos e oportunidades visando a proteção ao meio ambiente.

Procedimento arbitral no qual o BTG Pactual alega que a Companhia inadimpliu contratos de compra e venda de energia ao comprar mais energia do que autorizado contratualmente entre as partes. Como resultado do acordo, a Companhia pagou ao BTG Pactual o valor de R\$ 28,0 milhões. Cada parte arcou com as suas custas no âmbito da Arbitragem.

Fluxo composto por amortização de principal, juros acruados e saldo de diferidos, conforme "Nota Explicativa 13" das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Controle da ocupação nas bordas

O monitoramento da utilização e da ocupação das bordas dos reservatórios da AES Tietê Energia são realizados continuamente, com foco na preservação dos recursos naturais, na segurança da população e na prevenção de impactos ambientais. Para fazer a inspeção, a Companhia utiliza dois *drones*.

Além disso, as equipes de campo da Companhia realizam inspeções periódicas e, quando identificam situações irregulares, fazem fiscalizações, informando os ocupantes das medidas necessárias para a regularização de seus imóveis e atividades. A AES Tietê Energia conta também com um barco controlado remotamente por radiofrequência para medir a vazão dos afluentes dos reservatórios, realizar batimetria, e a avaliação de assoreamento.

Reflorestamento nos reservatórios

Em 2016, a Companhia reflorestou 409 hectares no entorno de seus reservatórios, resultado das iniciativas próprias, além das parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica, universidades, empresas e municípios. A Companhia tem como compromisso reflorestar ao menos 243 hectares por ano até 2029.

As mudas utilizadas nesse processo são produzidas pela própria AES Tietê Energia. Anualmente, a Companhia já produz cerca de 1 milhão de mudas de mais de 120 espécies de árvores. Parte dessa produção é doada para prefeituras, ONGs e proprietários de terras próximas aos reservatórios, a fim de incentivar o reflorestamento. No último ano, a Companhia também lançou o programa Mãos na Mata, que tem o objetivo de promover o reflorestamento de 3 mil hectares no entorno dos 12 reservatórios da AES Tietê Energia.

Comunidades

Em 2016, foi lançado o Instituto AES, que consolida a atuação social voluntária das empresas do grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. Três pilares de atuação foram definidos: (i) formação do cidadão; (ii) inovação para o desenvolvimento social; e (iii) empreendedorismo consciente.

A missão do Instituto está alinhada à estratégia de negócios, à inovação e ao crescimento da AES Brasil, e os projetos serão desenvolvidos em rede, incluindo os beneficiários, as comunidades e os parceiros. Com isso, os recursos próprios e incentivados investidos em projetos sociais serão alocados com mais assertividade em relação ao potencial de impacto socioambiental. A nova organização contribuirá diretamente para gerar valor compartilhado entre os públicos de relacionamento da AES Brasil, por meio do fortalecimento de laços com as comunidades e clientes, da redução de riscos reputacionais e do mapeamento de oportunidades de soluções inclusivas de energia.

Os investimentos da AES Tietê Energia em projetos realizados junto à comunidade somaram em 2016 R\$ 4,0 milhões, dos quais R\$ 1,6 milhão com recursos próprios e R\$ 2,4 milhões com recursos incentivados divididos nas frentes de educação, cultura, esporte e saúde; capacitação profissional inclusiva; e influência social. A partir de 2017, a atuação social voluntária da AES Tietê Energia e respectivos investimentos passam a ser geridos pelo Instituto AES. Mais informações sobre o tema podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

RECONHECIMENTOS

- Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOvespa 2017:** inclusão na carteira pelo 10º ano consecutivo;
 - A AES Tietê Energia foi vencedora do **Troféu Transparência 2016**, no Prêmio ANEFAC, categoria Companhias do Setor de Energia. Este prêmio reconhece as empresas com as demonstrações financeiras mais transparentes do Brasil;
 - Eleita entre as **150 Melhores Empresas Para se Trabalhar** de acordo com o Guia Você S/A, um dos melhores reconhecimentos de práticas de Recursos Humanos no mercado;
 - A Companhia recebeu uma menção honrosa do **Prêmio Abrasca 2016** pela transparência e qualidade do conteúdo em seu Relatório de Sustentabilidade 2015; e
 - Prêmio ABERJE** nas categorias Melhor Case Comunicação da Marca, Melhor Case de Relacionamento com Imprensa da Região Sudeste e Melhor Case de Relacionamento com Imprensa do País.
- Além dos reconhecimentos individuais, a AES Tietê Energia contribuiu significativamente para importantes reconhecimentos para o Grupo AES Brasil:
- Troféu Destaque Corporate Engagement** durante a *Open Innovation Week*, prêmio que nos reconheceu como uma das dez empresas mais engajadas com a inovação;
 - 2ª empresa mais inovadora entre as empresas de energia do Brasil, de acordo com o anuário **Valor Inovação Brasil**, do Valor Econômico;
 - O Guia Época Negócios 360º elegeu a AES Brasil como campeã na categoria **Práticas de Recursos Humanos**; e
 - Destaque do **Guia Exame de Sustentabilidade 2016**.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas.

No âmbito interno, a AES Tietê Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por onze membros efetivos e respectivos suplentes. Dentre os seus membros, sete efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, um é membro efetivo e independente indicado pelo controlador, um membro efetivo e respectivo suplente é indicado pelos acionistas minoritários e também considerado conselheiro independente e o último membro efetivo e respectivo suplente foi eleito pelos colaboradores da Companhia conforme disposição do seu estatuto social. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que findará em 31 de dezembro de 2017.

A Diretoria é composta por seis membros, incluindo o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disso, o Conselho Fiscal também é responsável por examinar trimestralmente o balanete e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas em Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais: dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente foi indicado pela BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, e dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelos acionistas minoritários e preferencialistas da Companhia.

Além de ter sua gestão administrativa fiscalizada pelo Conselho Fiscal, por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Tietê Energia adequareu seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Eventos Societários/Estrutura Acionária

Reestruturação Societária

Em 31 de dezembro de 2015, foi efetivado o processo de reestruturação societária da Companhia. Conforme informamos ao longo do processo em 2015, a reestruturação foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia Brasileira ("Cia. Brasileira") e sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A.. A Cia. Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê S.A. e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguiana e AES Ergos). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia. Brasileira e consequentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

Com a reestruturação societária, um novo acordo de acionistas foi assinado entre AES Holdings Brasil e BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"). O acionista controlador direto da AES Tietê Energia continua a ser a AES Holdings Brasil. A Companhia é indiretamente controlada pela The AES Corporation ("AES Corp").

Aumento de Capital

Conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 08 de novembro de 2016, foi concluído o processo de aumento de capital da AES Tietê Energia. Este aumento decorre da capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio registrada no valor do efetivo crédito fiscal por ela auferido até 31 de dezembro de 2015, equivalente a R\$ 154,6 milhões. Após essa capitalização, o capital social da Companhia passou de R\$ 262,0 milhões para R\$ 416,6 milhões.

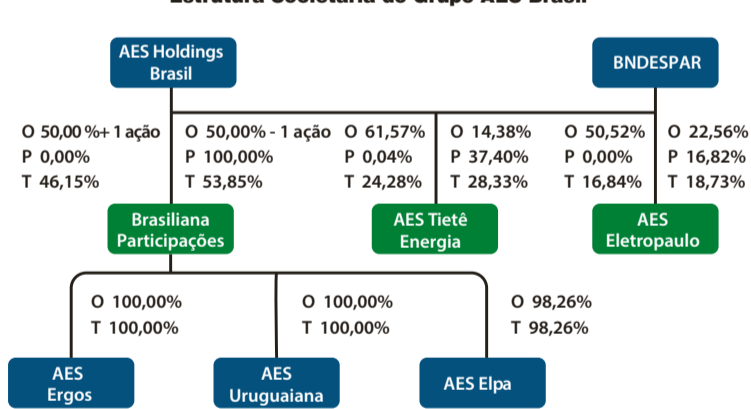
Estrutura Acionária

Considerando a reestruturação Societária e o aumento de capital, referenciados acima, a estrutura acionária da Companhia passou a ser:

Acionista	ON	%	PN	%	Total	% Total
AES Holdings Brasil (AES Corp)	477.289.199	61,6%	471.926	0,0%	477.761.125	24,3%
BNDESPAR	111.477.600	14,4%	445.910.403	37,4%	557.388.003	28,3%
Outros	186.407.785	24,0%	745.827.999	62,6%	932.235.784	47,4%
Total	775.174.584	100,0%	1.192.210.328	100,0%	1.967.384.912	100,0%

Em 31/12/2016

Estrutura Societária do Grupo AES Brasil



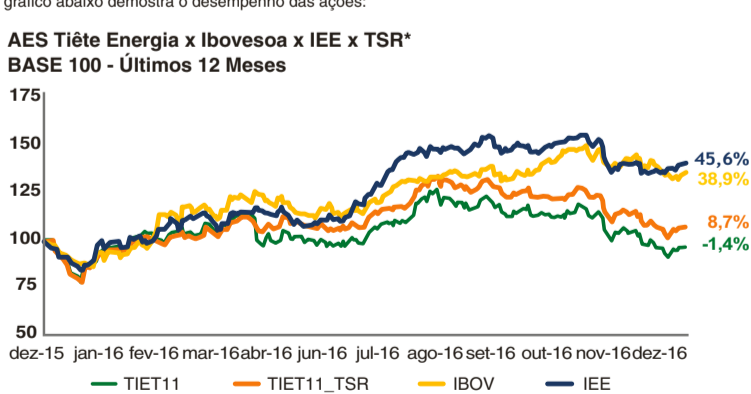
MERCADO DE CAPITAIS

A partir do dia 04 de janeiro de 2016, como resultado da Reestruturação Societária, a Companhia passou a negociar units (certificados de depósito de ações). Cada unit representa uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. As units da AES Tietê Energia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOvespa sob os códigos TIET11 (unit), TIET3 (ordinárias) e TIET4 (preferenciais). As ações da Companhia integram o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da BM&FBOvespa.

Em 2016, o valor das units da AES Tietê Energia teve uma leve queda de 1,4%, enquanto que o IEE subiu 45,6% e o Índice Bovespa ("Ibovespa") 38,9%. No ano de 2016, o volume médio diário negociado foi de 1.220 mil ações frente a 820 mil ações em 2015. Ao final de 2016, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 5,3 bilhões. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das ações:

AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR*

BASE 100 - Últimos 12 Meses



*Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista

(Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período). Base 100 em 31/12/2015.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2016, a AES Tietê Energia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"). Em 2016, os serviços prestados pela EY foram (i) auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América; (iii) revisão do Relatório de Controle Patrimonial - RCP, elaborado de acordo com as normas regulatórias da ANEEL; (iv) emissão de relatórios de asseguarção limitada sobre as análises trimestrais de apuração dos índices financeiros em cumprimento à clausula 8 da Escritura da 4ª emissão de debêntures; e (v) realização de procedimentos previamente acordados a fim de atender às disposições dos Despachos nº 512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº 1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da ANEEL, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 1.231.563 (Um milhão, duzentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e três reais). Os serviços (i), (ii), (iii) e (iv), acima, possuem prazo de contratação de um ano, tendo os itens (i), (ii) e (iii) sido contratados em 01/04/2016 e o item (iv) em 29/04/2016; já os serviços descritos no item (v) possuem prazo de contratação de 36 meses, tendo sido contratados em 16/05/2016.

Adicionalmente ao longo do exercício de 2016, a AES Tietê Energia utilizou os serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização do trabalho de leitura e revisão do Formulário de Referência, a fim de verificar a consistência das informações contábeis e financeiras da Companhia em relação às demonstrações financeiras de 31/12/2015. Este serviço de não auditoria foi contratado em 14/03/2016 com término em 31/05/2016 e totalizou R\$ 23.500 (vinte e três mil e quinhentos reais) (2% dos honorários totais pagos a EY por serviços de auditoria).

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados a

1. Informações gerais

A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 (trinta) anos vencendo em 2029, assim como a concessão da PCH Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).
Até 31 de dezembro de 2015, 1.268 MW médios da garantia física da Companhia foram vendidos para a sociedade sob controle comum, a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.. Para 2016, a Companhia teve 95% da sua garantia física contratada, a qual foi vendida para uma carteira diversificada de clientes. Para 2017, 2018, 2019 e 2020, o percentual da energia assegurada vendido, até 31 de dezembro de 2016, é de 88%, 73%, 40% e 28%, respectivamente (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27.2 c3). O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Eucíliades da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limeiro	1958	2	32	15
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Renova				
Total		35	2.658	1.278

1.1 Dados sobre subsidiárias

Em 28 e 29 de novembro foram alterados os contratos sociais da AES Ergos Ltda. e da AES NewGRID Ltda. para refletir a cessão de 99% das quotas de cada empresa para a Companhia. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle das referidas empresas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Estas empresas apresentam somente saldos em seus respectivos patrimônios líquidos, sendo os mesmos inferiores a R\$1. Como as empresas não estavam operantes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve nenhuma atividade que impactasse o resultado consolidado da Companhia. A seguir é apresentado um resumo das principais atividades a serem desenvolvidas por estas empresas:

Geração de energia

AES Ergos Ltda. (nome fantasia AES Tietê Integra) - A Ergos é uma empresa limitada, com sede em Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia terá como foco a prestação de serviços para projetos relacionados à geração distribuída, incluindo serviços de instalação, manutenção, gestão, assessoria, eficiência energética e melhoria dos sistemas elétricos.

AES NewGRID Ltda. (nome fantasia AES Tietê Inova) - A NewGRID é uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Barueri, Estado de São Paulo. A Empresa se dedicará principalmente aos negócios de geração distribuída, incluindo projetos em energia solar e cogeração a gás, assim como soluções de comercialização e armazenamento de energia via baterias ("Energy Storage"), contando com a expertise e liderança global do Grupo AES.

Para maiores detalhes acerca da apresentação destas empresas nas demonstrações contábeis, vide nota explicativa nº 2.2.

1.2 Reorganização societária

A AES Tietê Energia S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia) é a Companhia que sucedeu a AES Tietê S.A. após os eventos da reorganização societária, implementados em 2015, que teve como um dos principais objetivos fortalecer a Companhia como plataforma de crescimento exclusiva de seu controlador em geração de energia elétrica no Brasil.

A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"). A Companhia passou a deter o controle direto e exclusivo da AES Tietê S.A. e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais sociedades (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ou Eletropaulo, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.). Na etapa subsequente, a AES Tietê S.A. foi incorporada pela Companhia Brasileira de Energia e consequentemente foi extinta, sendo esta última, a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia").

Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015, nota explicativa nº 1.

1.2.1 Operação descontinuada

Em decorrência da reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou as operações cindidas como operações descontinuadas. A composição dos grupos de operações descontinuadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 é como segue:

1.2.1.1 Demonstração dos Resultados

- a) Nas demonstrações contábeis individuais (controladora)
- (i) Ganho de equivalência patrimonial dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$30.579.
- (ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072.
- b) Nas demonstrações contábeis consolidadas
- (i) As receitas, custos e despesas originados pelos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.), que resultou num lucro líquido no montante de R\$95.630.
- (ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072.

	Controladora	Consolidado
	2015	2015

Resultado líquido proveniente de operações cindidas 30.579 95.630
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas (31.072) (31.072)
Total operação descontinuada (493) 64.558

Atribuído a acionistas da empresa controladora

Atribuído a acionistas não controladores 65.051
Destaca-se que não houve ganho ou perda em relação ao valor justo, visto que todos os valores envolvidos da reorganização foram avaliados a valores contábeis.

Os impactos das operações das controladas cindidas no resultado consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são apresentados a seguir.

	2015					
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguaiana	AES Serviços	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Receita operacional líquida	-	13.667.413	491.552	32.726	14.191.691	-
Total dos custos operacionais	(1.271)	(13.194.534)	(483.019)	(32.294)	(13.711.118)	-
Resultado do serviço (lucro bruto) (1.271) 472.875		8.533	432	480.573		480.573
Outras despesas	(15.365)	-	-	-	(15.365)	(30.581)
Resultado financeiro	1.754	(313.906)	36.608	1.045	(274.499)	(670)
Resultado antes dos tributos (14.882) 158.973		45.141	1.477	190.709	(31.251)	158.958
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(650)	(57.837)	(4.834)	(507)	(63.828)	-
Resultado líquido proveniente de operações cindidas (15.532) 101.136		40.307	970	126.881	(31.251)	95.630

Atribuído a acionistas da empresa controladora

Atribuído a acionistas não controladores 65.051

1.2.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

- a) Nas demonstrações contábeis individuais (controladora)
- (i) A Companhia destaca que recebeu dividendos no montante de R\$42.061 de investimentos cindidos classificados como atividade operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- b) Nas demonstrações contábeis consolidadas
- (i) A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos dos investimentos cindidos.

	Controladora	Consolidado
	2015	2015

	2015	
	AES Elpa	Eletropaulo
Atividades operacionais	-	(316.180)
Eletropaulo	-	4.673
AES Serviços	42.061	16.291
AES Uruguaiana	-	25
AES Elpa	-	25
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais 42.061 (295.191)		
Atividades de investimento	-	(156.549)
Eletropaulo	-	964
AES Serviços	-	(8.008)
AES Uruguaiana	-	(1.624)
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento (165.217)		
Atividades de financiamento	-	438.094
Eletropaulo	-	(500)
AES Serviços	-	437.594
Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento 42.061 (22.814)		

1.3 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, provenientes de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares. De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, enviou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW. Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para adequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada na ação e identificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011, a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir daquela data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que havia a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outorgada concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto "Termo São Paulo", para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração líquida de aproximadamente 500 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifestasse sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia ("Termo São Paulo"), com as alegações seguintes: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juízo responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estudasse alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes.

Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias. Em 17 de abril de 2015, após o juízo solicitar à Companhia ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por adicionais 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em 14 de julho de 2015, foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. Ambas as partes solicitaram a suspensão do processo por 30 dias, visando estudar opções para cumprimento da obrigação de expansão de capacidade. As partes solicitaram também a análise do requerimento de produção de provas, se houver, e o julgamento da ação. Assim, o juízo determinou a suspensão do processo até 14 de agosto de 2015.

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia apresentou petição informando que não foi obtido acordo com o Estado de São Paulo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Em 15 de fevereiro de 2017, o juízo determinou a realização de produção de prova pericial. A Companhia indicará assistente técnico e apresentará questões a serem respondidos pelo Perito.

É importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado. Entretanto, ainda não há a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

A Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 500 MW denominada Termo São Paulo.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2017. A licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além disso, desde 2012, a Companhia possui um direito de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no interior do Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Porém, o principal entrave de ambos projetos, que é o contrato de fornecimento de gás, continua sem solução até 31 de dezembro de 2016.

Em 2016 a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma termoeletrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis da EMAE no bairro de pedraira, na cidade de São Paulo, onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de pré-viabilidade ambiental para definir qual seria a potência permitida para esse projeto e começar o processo de licenciamento ambiental.

A Companhia também estuda uma iniciativa para viabilizar o fornecimento de gás para os projetos termelétricos com a construção de um terminal de regasificação na costa do Estado de São Paulo. Diversas localizações estão em análise na costa do Estado. Junto ao terminal, é previsto também a construção de uma usina térmica de modo a criar sinergia e otimizar os custos da cadeia de suprimento de gás.

Como outra alternativa, no ano 2015 a Companhia começou a desenvolver o projeto solar Água Vermelha II (AGV II) com capacidade instalada de 150 MW e localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da Companhia. O projeto já possui um contrato de direito pelo arrendamento de terra assinado, solução de conexão definida e licença ambiental prévia emitida pela CETESB em 16 de maio de 2016. Foi cadastrado no leilão de energia de reserva pautado para o dia 19 de dezembro de 2016, que infelizmente não foi cancelado. Portanto, continua apto para participar de leilões ao longo de 2017 e desta forma contribuir com a obrigação de expansão da Companhia no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e a exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição em janeiro de 2009.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCP/07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Apresentação das demonstrações contábeis

Todas as peças contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentam saldos equivalentes, ou seja, não há diferença entre as colunas controladora e consolidado. Isto se deve ao fato das empresas incorporadas pela Companhia somente apresentarem saldos em seus respectivos patrimônios líquidos (os quais são eliminados no processo de consolidação) e também não terem ocorridas movimentações patrimoniais após a transferência de controle para a Companhia.

As demonstrações contábeis de 2015 estão sendo apresentadas da seguinte forma:

- Balancos patrimoniais: refletem exatamente o balanço individual findo na respectiva data e está sendo demonstrado na coluna controladora. Não há coluna consolidado em razão da reorganização societária realizada em 31 de dezembro de 2015, quando a Companhia deixou de ter subsidiária.
- Demais peças contábeis: estão sendo apresentadas (i) a coluna controladora e (ii) a coluna consolidado, refletindo as operações consolidadas da Companhia até a data efetiva da reorganização societária, demonstrando em linha específica de operações descontinuadas, as operações que foram cindidas em decorrência da reorganização societária (vide nota explicativa nº 1.2.1).

Sistema Empresas.Net

Para conciliar as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) com as Demonstrações Contábeis da Companhia, no quadro "Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados fatos e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu reclassificações no seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizado em 22 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido. Tais reclassificações podem ser resumidas como segue:

	Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado
--	---------------------------	------------	------------------	----------------

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa	558	-	-	558
Investimentos de curto prazo	746.210	-	-	746.210
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	27.697	-	-	27.697
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	22.515	-	-	22.515
Outros tributos compensáveis	113.731	-	-	113.731
Devedores diversos	522	(a)	(522)	-
Contas a receber de partes relacionadas	271.814	-	-	271.814
Previdência privada - Ativo de benefício definido	207	-	-	207
Outros créditos	1.540	(a)	522	2.062
Despesas pagas antecipadamente	587	-	-	587
TOTAL ATIVO CIRCULANTE 1.185.381				1.185.381

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	13.075	-	-	13.075
Outros tributos compensáveis	789	-	-	789
Tributos a recuperar	179.860	-	-	179.860
Cauções e depósitos vinculados	37.008	-	-	37.008
Outros créditos	43	-	-	43
Imobilizado, líquido	3.145.358	-	-	3.145.358
Intangível	75.265	-	-	75.265
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE 3.451.398				3.451.398
TOTAL DO ATIVO 4.636.779				4.636.779

	Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado
--	---------------------------	------------	------------------	----------------

PASSIVO CIRC



Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados na nota explicativa nº 23.

3.3

Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia possui somente ativos intangíveis com vida útil definida. O principal ativo intangível compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos. A amortização do uso do bem público (UBP) é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de "Outras receitas e custos", consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.4

Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativo imobilizado e intangível)
A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

3.5

Provisões para processos judiciais e outros
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.6

Impostos sobre as vendas
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo); sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes;
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 2% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. A alíquota de PIS e COFINS aplicada ao contrato bilateral com a sociedade sob controle comum, a Eletropaulo, era de 3,65% (regime cumulativo).

3.7

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b)

Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.8

Benefícios a empregados
A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, crescimento salarial dos participantes ativos etc.) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial. O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FUNCESP). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.9

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10

Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.11

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.12

Reconhecimento da receita
A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a)

Receita de suprimento de energia elétrica
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b)

Receita de juros
A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.13

Contratos de arrendamento
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como operacional, os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.14

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a)

Benefícios de aposentadoria
A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:
Taxa de desconto
Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade
A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação
Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos
A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b)

Vida útil dos bens do imobilizado
A Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído (vide nota explicativa nº 18.2 c1) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

(c)

Provisão para processos judiciais e outros
De acordo com a nota explicativa nº 3.5, a Companhia reconhece provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(d)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração
A Companhia revisa, no mínimo, em bases trimestrais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração do valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (nota explicativa nº 3.4). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

(e)

Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 27.

3.15**a)**

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações
Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/2015 - Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1)/IAS 36, CPC 04 (R1)/IAS 38, CPC 06 (R1)/IAS 17, CPC 18 (R2)/IAS 28, CPC 19 (R2)/IFRS 11, CPC 20 (R1)/IAS 23, CPC 21 (R1)/IAS 34, CPC 22/IFRS 8, CPC 26 (R1)/IAS 1, CPC 27/IAS 16, CPC 28/IAS 40, CPC 29/IAS 41, CPC 31/IFRS 5, CPC 33 (R1)/IAS 19, CPC 36 (R3)/IFRS 10, CPC 37 (R1)/IFRS 1, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 45/IFRS 12. De maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 09/2016 - Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 02 (R2)/IAS 21, CPC 26 (R1)/IAS 1, CPC 39/IAS 32 e ICPC 09 (R2). De maneira geral, demonstram alterações necessárias para que os pronunciamentos permaneçam alinhados às práticas contábeis internacionais.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não pretende adotá-los de forma antecipada.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2017:

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016 - Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 32/IAS 12.

Em relação ao CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa, as alterações exigem que uma entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Essa alteração resultará em divulgação adicional pela Companhia.

Em relação ao CPC 32/IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas. As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornece orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explica as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Não é esperado impacto quando da adoção desta revisão.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações. As alterações abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilização quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis. Contudo, os valores de pagamento baseado em ações não são relevantes.

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("impairment") e contabilidade de hedge.

Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado. A Companhia possui ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda não apresentam variação significativa entre o valor contábil e seu valor justo. Não há saldos acumulados em outros resultados abrangentes decorrentes desta diferença. Estes investimentos precisarão ser analisados a fim de verificar a melhor classificação. Contudo, a Companhia não espera impacto significativo visto que não há diferenças materiais entre o valor contábil e o respectivo valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

Não há expectativa de impacto na classificação dos passivos financeiros já que a nova regra afeta somente os grupos classificados como ao valor justo contra o resultado e a Companhia não possui nenhuma rubrica com essa classificação.

Em relação à regra de perdas por redução do valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros, a mesma requer que as empresas registrem contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito (perda estimada e não mais perda incorrida).

A Companhia está avaliando os impactos potenciais sobre suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Também, a IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor. As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações contábeis. O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado (*full retrospective application*) ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento na data da aplicação inicial (*modified retrospective application*).

A Companhia pretende adotar o pronunciamento usando o método de apresentação retrospectiva a cada período apresentado, descrito anteriormente. Contudo, a Companhia continuará avaliando esta conclusão durante o exercício de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou as análises dos contratos com valores relevantes e identificou assuntos chaves que precisam ser resolvidos para que o impacto nas Demonstrações Contábeis possa ser concluído para toda população de contratos.

O principal item em discussão é a aplicação de expedientes práticos que permitem uma adoção menos complexa da norma, sem prejudicar a utilidade da informação divulgada. A Companhia também trabalhará em conjunto com órgãos não regulados do setor para que todos os aspectos relevantes sejam considerados quando da aplicação deste pronunciamento.

A Companhia está avaliando os impactos potenciais sobre suas demonstrações contábeis.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre a operacional e financeiro. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
Caixa e Equivalentes de caixa		
Numerário disponível	916	558
Operação compromissada	71.170	–
Subtotal	72.086	558
Investimentos de curto prazo		
CDB-DI	163.003	117.851
Operação compromissada	210.399	605.242
Fundo de investimentos		
Letra Financeira do Tesouro	6.819	–
Letra Financeira	60.411	23.117
NTN OVER	64.899	–
Subtotal	505.531	746.210
Total	577.617	746.768

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 está representado por operações de CDB, operações compromissadas e fundo de investimentos com liquidez diária e com rentabilidade média no exercício de 2016 de 98,85% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,54% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

5. Consumidores e revendedores e contas a receber partes relacionadas

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
CONSUMIDORES E REVENDEDORES		
Circulante		
Consumidores livres	128.927	18.932
Leilão - Outras empresas	14.348	–
Mercado de curto prazo	3.622	8.765
Total	146.897	27.697

Não Circulante
Energia livre ^(b)

	13.075	13.075
Total	13.075	13.075

^(b) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandato de segurança impetrado pela ABRADEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A abertura de consumidores e revendedores por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos			
	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total
Circulante				
Consumidores livres	127.948	979	–	128.927
Leilão - Outras empresas (*)	4.478	2.709	7.161	14.348
Mercado de curto prazo	3.622	–	–	3.622
Total	136.048	3.688	7.161	146.897

^(*) Devido à reorganização societária ocorrida em dezembro de 2015 a Companhia teve dificuldade para regularizar a assinatura dos contratos de leilão junto a CCEE, impossibilitando algumas empresas de efetuarem os pagamentos devidos. O processo de desligamento da AES Tietê S.A. e inclusão da Companhia já foi concluído e, portanto, os contratos foram regularizados e enviados para assinaturas de seus clientes.

Com essa etapa concluída algumas empresas puderam realizar o pagamento dos valores devidos. Assim a Companhia recebeu em 16 de janeiro de 2017 o montante de R\$6.535 (R\$1.831 referente ao saldo vencido até 90 dias e R\$4.704 referente ao saldo vencido há mais de 90 dias. O recebimento do saldo remanescente depende da conclusão das assinaturas dos contratos com as demais empresas.

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Balço Patrimonial		Resultado			
Tributos ativos:						
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.972	2.191	781	-	781	(33)
Provisão para processos fiscais	1.182	1.089	93	-	93	86
Provisão para processos trabalhistas	1.283	2.335	(1.052)	-	(1.052)	179
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	-	-	-	2.027
Provisão para processos civis	12.365	11.471	894	-	894	1.170
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	12.190	9.403	2.787	-	2.787	2.182
Provisões de meio ambiente	4.031	3.627	404	-	404	389
Prejuízo fiscal e base negativa	41.708	92.055	(50.347)	43.702	(50.347)	43.702
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	1.694	(1.288)	-	-	-	-
Outras	5.041	4.361	680	(935)	680	(1.110)
Tributos passivos:						
Ativo imobilizado - custo atribuído	(442.369)	(474.252)	31.883	-	31.883	32.546
Ativo intangível - uso do bem público	(11.891)	(12.805)	914	-	914	915
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.990)	(21.325)	(2.665)	-	(2.665)	(2.595)
Passivo fiscal diferido, líquido	(393.757)	(381.111)	(15.628)	42.767	(15.628)	79.458
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 8			(20.195)	-	(20.195)	(8.644)
Reculta (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(35.823)	42.767	(35.823)	70.814
Tributos diferidos ativos	84.493	129.960				
Tributos diferidos passivos	(478.250)	(511.071)				
Passivo fiscal diferido, líquido	(393.757)	(381.111)				

A movimentação dos tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(381.111)
Impacto no resultado	(15.628)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	2.982
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(393.757)

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não está sendo apresentada visto que a reorganização societária foi efetiva em 31 de dezembro de 2015, quando o investimento da AES Tietê S.A. foi incorporado pela Companhia.

7.2 Estimativa de recuperação de créditos

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros aprovado pela Administração, segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora e Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (1)	Total
2017	59.957	18.728	78.685
2018	14.180	17.340	31.520
2019	1.373	16.089	17.462
2020 a 2022	1.309	41.349	42.658
2023 a 2025	4.420	32.767	37.187
2026 a 2029	3.255	33.392	36.647
Total	84.493	159.665	244.158

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL 87/2004 - Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 8. Em 27 de janeiro de 2017, o estudo técnico de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho fiscal. A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2016, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

	Controladora e Consolidado				Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros			Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Subtotal	Depreciação	Total líquido
	Terrenos (*)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos		Em curso						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	407.783	2.881.635	651.069	1.788.812	8.456	6.701	161.789	(2.682)	5.903.563	(2.758.205)	3.145.358	
Adições	-	(703)	-	-	-	129	100.377	-	100.506	(167.218)	(66.710)	
Baixas	-	9.229	640	121.638	46	-	(120.227)	-	11.326	-	11.326	
Transferências	-	9.229	640	121.638	46	-	(120.227)	-	11.326	-	11.326	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	407.783	2.890.161	651.709	1.908.207	8.502	6.792	141.939	(2.682)	6.012.411	(2.923.104)	3.089.307	

(*) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo. A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não está sendo apresentada visto que a reorganização societária foi efetiva em 31 de dezembro de 2015, quando o investimento da AES Tietê S.A. foi incorporado pela Companhia.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Segue composição do ativo imobilizado:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Concessão			3.043.171	3.099.220
Autorizações (PCHs São Joaquim e São José)			48.218	48.057
Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro			(2.682)	(2.682)
Arrendamento financeiro			600	763
Total			3.089.307	3.145.358

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras. O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada. O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos. Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A. nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015. É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado "Projeto Básico", ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

(f) Autorizações

Em 18 de dezembro de 2002, as PCHs São José e São Joaquim receberam autorização para operarem até o ano de 2032. Em relação aos bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, a Companhia entende que no final do prazo destas autorizações, não havendo prorrogação, as mesmas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL. Desta forma, nenhuma obrigação relacionada à retirada destes bens foi registrada no balanço da Companhia.

10. Intangível

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Uso do bem público				
Custo		73.174		73.174
Amortização acumulada		(38.201)		(35.511)
Total do ativo intangível - uso do bem público		34.973		37.663
Outros ativos intangíveis (*)				
Custo		43.576		54.283
Amortização acumulada		(22.698)		(16.681)
Total dos outros intangíveis		20.878		37.602
Total intangível		55.851		75.265

(*) Referem-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20%. O uso do bem público (UBP) foi pago pela incorporada AES Tietê S.A. no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão. A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Uso do Bem Público		Outros ativos intangíveis		Total
	Em curso	Em serviço	Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.663	15.806	21.796	75.265	
Adição	-	619	-	619	
Amortização	(2.690)	-	(6.017)	(8.707)	
Transferências	-	(15.893)	4.567	(11.326)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.973	532	20.346	55.851	

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não está sendo apresentada visto que a reorganização societária foi efetiva em 31 de dezembro de 2015, quando o investimento da AES Tietê S.A. foi incorporado pela Companhia.

11. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF(i)		314.996		208.175
Transações no mercado de curto prazo(ii)		29.383		68.506
Energia elétrica comprada para revenda		10.533		21.175
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		9.741		6.575
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		2.276		2.255
Subtotal		366.929		306.686
Materiais e Serviços		44.826		45.337
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 25.1		27		53
Total		411.782		352.076

(i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos nas liquidações da CCEE até 31 de dezembro de 2016 referentes à liminar obtida na discussão do rebaixamento. O valor total recebido (principal) é de R\$269.881 (R\$208.175 em 31 de dezembro de 2015). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE - para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27.2 (c.2). Adicionalmente a Companhia corrige o principal pela variação do IGP-M a partir do mês em que ocorre a liquidação financeira pela CCEE, reconhecendo assim em seu resultado financeiro uma despesa com atualização monetária de R\$25.115 (vide nota explicativa nº 23). O montante estimado total atualizado até 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$314.996.

(ii) O valor de transações no mercado de curto prazo corresponde à provisão do mês de dezembro de 2016 no montante de R\$2.178 e liquidações financeiras pendentes da CCEE referentes aos meses de outubro e novembro de 2016 no montante de R\$27.205. Vale ressaltar que de acordo com a divulgação realizada pela CCEE, a Companhia possui um saldo a receber de R\$32.684 referente às liquidações mencionadas anteriormente, que foi parcialmente liquidado financeiramente devido à inadimplência na CCEE. A diferença de aproximadamente R\$60.000 corresponde a valores acerca da liminar do rebaixamento hidrelétrico que não se encontram registrados pela Companhia, mas são processados pela CCEE devido à liminar do rebaixamento hidrelétrico. Caso haja recebimento deste valor no futuro (R\$60.000), a Companhia adotará os mesmos critérios descritos no item (i) acima, visto se tratar de um ganho contingente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contratou 4 cartas de fiança no valor de R\$61.367, com custo de 2,8% a 3,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

8. Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda., da AES Tietê Participações S.A. e da AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01. Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(35.874)	23.677	(12.197)	-
Subtotal	283.690	(187.235)	96.455	108.652
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(637.879)	426.940	(210.939)	(203.882)
Subtotal	170.425	(114.624)	55.801	62.858
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(60.628)	40.014	(20.614)	(19.673)
Subtotal	21.792	(14.383)	7.409	8.350
Total	475.907	(316.242)	159.665	179.860

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015				
Amortização				179.860
Reversão				(60.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2016				40.000

Vale ressaltar que a amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social. O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$20.773 em 31 de dezembro de 2016. A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não está sendo apresentada visto que a reorganização societária foi efetiva em 31 de dezembro de 2015, quando o investimento da AES Tietê S.A. foi incorporado pela Companhia.

9. Imobilizado

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado				Controladora	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Terrenos	-	410.783	-	410.783	-	410.783
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)	-	(3.000)	-	(3.000)	-	(3.000)
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	2.890.161	(1.763.693)	1.126.468	1.210.757	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	651.709	(453.756)	197.953	211.067	
Máquinas e equipamentos	3,7%	1.908.207	(695.536)	1.212.671	1.150.102	
Veículos	13,7%	8.502	(5.429)	3.073	4.032	
Móveis e utensílios e outros	6,6%	4.949	(3.447)	1.502	1.747	
Imobilizado em serviço		5.871.311	(2.921.861)	2.949.450	2.985.488	
Obrigações especiais	(4,781)	-	(4.781)	-	(4.781)	
Imóveis destinados a uso futuro	2,099	-	2.099	-	2.099	
Imobilizado em curso (b)	141.939	-	141.939	-	161.789	
Bens vinculados às autorizações concessões e autorizações		6.010.568	(2.921.861)	3.088.707	3.144.595	
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.843	(1.243)	600	763	
Total Imobilizado		6.012.411	(2.923.104)	3.089.307	3.145.358	

(b) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações. (*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora e Consolidado			
--	----------------------------	--	--	--

13.2 A movimentação das debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo Inicial	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Saldo Final
Instituições Financeiras/ Credores	2015								2016
Debêntures									
Debêntures - 2ª Emissão	499.862	-	71.631	-	-	(71.869)	(107)	2.756	502.273
Debêntures - 3ª Emissão	307.149	-	44.085	-	-	(44.297)	(170)	1.351	308.118
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série)	143.767	-	20.887	-	(143.500)	(21.730)	(1.802)	2.378	-
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	149.038	-	23.522	-	-	(23.460)	(1.755)	869	148.214
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	291.037	-	26.378	19.782	-	(26.212)	-	2.189	313.174
Debêntures - 5ª Emissão	-	180.000	544	177	-	-	(6.615)	37	174.143
Subtotal	1.390.853	180.000	187.047	19.959	(143.500)	(187.568)	(10.449)	9.580	1.445.922
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro	805	129	78	-	-	(364)	-	-	648
	805	129	78	-	-	(364)	-	-	648
Total	1.391.658	180.129	187.125	19.959	(143.500)	(187.932)	(10.449)	9.580	1.446.570

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não está sendo apresentada visto que a reorganização societária foi efetiva em 31 de dezembro de 2015, quando o investimento da AES Tietê S.A. foi incorporado pela Companhia.

13.3 As principais características dos contratos de debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
RS\$ 498.000	15 de maio de 2013	2ª Emissão Debêntures	CDI + 0,79%	Semestral	Anual	RS\$ 166.034	Maio de 2017	Pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias ("Notas Comerciais")
RS\$ 300.000	20 de março de 2014	3ª Emissão Debêntures	108,20% do CDI	Semestral	Anual	RS\$ 100.020	Março de 2020	Amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures
RS\$ 595.447	15 de dezembro de 2015	4ª Emissão (1ª série) (liquidadada)	CDI + 1,55%	Semestrais	Única	RS\$ 143.500	Dezembro de 2016	Liquidação do saldo da dívida da 2ª Nota promissória
RS\$ 180.000	15 de dezembro de 2016	5ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,54%	Anual	Única	RS\$ 90.098 (*)	Dezembro de 2023	Liquidação do saldo da dívida da 2ª Nota promissória

(*) O saldo devedor da 4ª emissão - 3ª série e da 5ª emissão são corrigidas monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado de principal da 4ª emissão - 3ª série era de R\$321.763 (R\$303.205 em 31 de dezembro de 2015) e da 5ª emissão de R\$180.196.

Arrendamento financeiro - Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2016, registrado pela Companhia era de R\$648 no passivo e R\$600 no ativo (R\$805 no passivo e R\$763 no ativo em 31 de dezembro de 2015). A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

13.4 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

Moeda nacional	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
CDI	936.982	65,83	1.076.962	78,74
IPCA	485.630	34,12	290.060	21,21
Taxa fixa	648	0,05	805	0,06
Total	1.423.260	100,00	1.367.827	100,00

13.5 Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
2018	340.354	-	258	333.788
2019	266.033	-	69	260.974
2020	422.987	-	6	418.737
2021	-	-	-	(1.103)
Após 2021	180.178	-	-	178.398
	1.209.552	333	(1.091)	1.190.794

13.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures são o CDI e IPCA, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
CDI ^(a)	13,63%	14,14%
IPCA ^(b)	6,29%	10,67%

(a) Índice do último dia útil do período
(b) Índice acumulado nos últimos 12 meses

13.7 Compromissos financeiros - "Covenants"
Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures. Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:
(i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2016 este índice era de 1,08 vezes;
(ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de dezembro de 2016 este índice era de 4,14 vezes.
A não observância dos índices mencionados anteriormente, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.
Em relação à 5ª emissão de debêntures, algumas particularidades foram consideradas, tais como:
(a) Caso ocorra uma aquisição de ativos, durante a vigência das debêntures, o indicador acima (capacidade de endividamento) não deve ser superior a 3,85 vezes durante o período de 36 meses contados da data efetiva conclusão da respectiva aquisição de ativos ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro. Findo o prazo de 36 meses o índice de 3,5 vezes passará a ser aplicado novamente.
(b) A não observância dos índices por 2 trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.
Em 31 de dezembro de 2016, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia. A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2016 foram atendidos.
(*) EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado Antes dos tributos" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	Controladora	Reclassificado
	2016	2015	
Encargos sobre folha de pagamento	1.391	1.112	
Folha de pagamento outros	17	14	
Férias	7.764	6.917	
Encargos sociais sobre férias e gratificações	2.819	2.478	
Participação nos lucros e resultados	8.742	6.444	
Bônus (*)	1.538	2.471	
Total Circulante	22.271	19.436	
Bônus (*)	154	236	
Total Não Circulante	154	236	

(*) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais, sendo seu indicador de referência financeiro. Representa 50% do ILP (Incentivo de Longo Prazo) de cada Diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia por não se tratar de remuneração baseada em ações. O indicador de referência é o EBITDA. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

15. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*. O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 7,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração. O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. Ao final do exercício de 2016, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

(a) Ativos e passivos atuariais:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	358.068	278.262
Valor justo dos ativos do plano	(350.087)	(311.573)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	-	33.104
Total do passivo (ativo) registrado	7.981	(207)

(b) Movimentações do valor presente das obrigações atuariais:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	278.262	278.633
Custo dos serviços correntes	1.070	1.907
Custo dos juros	32.438	29.537
Contribuições dos empregados	2.259	(1.710)
Benefícios pagos	(20.232)	(17.199)
Perda (Ganho) atuarial	64.271	(16.326)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	358.068	278.262

(c) Movimentações do valor justo dos ativos do plano:

	2016	2015
Valor dos ativos do plano no início do exercício	311.573	298.426
Contribuição do empregador	1.397	1.556
Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano	18.397	(4.769)
Contribuições dos empregados	2.259	1.710
Rendimento esperado dos ativos do plano	36.693	31.849
Benefícios pagos	(20.232)	(17.199)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	350.087	311.573

(d) Movimentações do limite de reconhecimento do ativo:

	2016	2015
Limite de reconhecimento de ativo no início do exercício	33.104	19.793
Juros sobre o limite de reconhecimento de ativo	3.999	2.163
Limite máximo de reconhecimento de ativo	(37.103)	11.148
Limite de reconhecimento de ativo no final do exercício	-	33.104

(e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
Custo dos serviços correntes	1.070	1.907
Custo dos juros	32.438	29.537
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(36.693)	(31.849)
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	3.999	2.163
Total das despesas benefício definido	814	1.758
Outras contribuições	528	819
Total da despesa no exercício	1.342	2.577

(f) Movimentações do passivo (ativo) registrado:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
Saldo no início do exercício	(207)	-
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	814	1.758
Pagamentos de contribuições	(1.397)	(1.556)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	8.771	(409)
Saldo no final do exercício	7.981	(207)

(g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
Saldo no início do exercício	3.788	3.378
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	(54.646)	35.963
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(9.626)	(17.550)
Perda atuarial gerada pela premissa demográfica	-	(2.086)
Ganho (perda) atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	18.397	(4.769)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	37.103	(11.148)
Saldo no final do exercício	(4.984)	3.788

(h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Distribuição dos investimentos		Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2016	2015	
Renda Fixa	83,52%	80,23%	até 100%
Renda Variável	10,19%	10,96%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,52%	2,58%	até 15%
Investimentos Estruturados	1,57%	0,25%	até 20%
Investimento no Exterior	1,52%	3,00%	até 10%
Imóveis	1,68%	2,98%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

(i) Premissas atuariais utilizadas:

	2017	2016	2015
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	10,56%	12,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	7,11%	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50%	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50%	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	10,56%	12,08% a.a.	11,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,11%	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50%	4,50% a.a.	4,50% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	Light Fraca	Light Fraca
Taxa de rotatividade esperada	N/A	EXPR 2012	EXPR 2012
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A	19,55	19,55

(j) Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2017:

	2017
Custo dos serviços correntes	2.783
Custo dos juros	36.677
Rendimento esperado dos ativos do plano	(35.975)
Total da despesa projetada para o exercício	3.485

Análise de sensibilidade das premissas atuariais:
Com a finalidade de verificar o impacto na obrigação atuarial, que em 31 de dezembro de 2016 era de R\$358.068, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	1.731	10.875	-	(9.955)
Total da obrigação de benefício definido	359.799	368.943	358.068	348.113

(l) Outras informações sobre as obrigações atuariais:
As contribuições da patrocinadora esperadas para o exercício de 2017 correspondem a R\$1.222.
A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 12,11 anos (10,81 anos em 31 de dezembro de 2015). Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

	2016
1 ano	21.495
Entre 2 e 5 anos	103.695
Próximos 5 anos	177.105
Total de pagamentos esperados do plano	302.295

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do *déficit* atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos beneficiários de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse *déficit* atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a FUNCESP com vencimento em setembro de 2027. No final de cada período é feita uma avaliação atuarial e eventuais *déficits* ou superávits do plano apurados a cada avaliação são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, sucessivos superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que desde 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. Contudo, a avaliação atuarial da FUNCESP indicou um *déficit* de R\$12.977 em 31 de dezembro de 2014. Desta forma, patrocinadora e participantes passaram a efetuar contribuições extraordinárias a partir de maio de 2015. Do saldo total apurado de *déficit*, somente R\$14.002 estavam sujeitos ao equacionamento através de contribuições extraordinárias por parte da patrocinadora e dos participantes, de acordo com o previsto na resolução CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015. A contribuição extraordinária foi calculada considerando a duração média do passivo estimada pela FUNCESP em 18 anos, atualizada anualmente pela variação do IGP-DI e pelos ganhos e perdas atuariais.
Em 16 de maio de 2016, a Companhia solicitou uma revisão do cálculo do *déficit* baseado nas alterações ocorridas na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, no qual o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC definiu novas regras para tratamento de eventuais *déficits* ou superávits dos planos de benefícios previdenciários.
Por meio do ofício 1.727/2016, de 14 de junho de 2016, o órgão regulador PREVIC, reconsiderou o pedido relativo a equacionamento do *déficit* do Plano de Benefício Definido do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP). Com esta decisão a Companhia está desonerada do equacionamento das contribuições extraordinárias, a partir de junho de 2016. Neste caso, o *déficit* continua sendo reconhecido, contudo, sem a necessidade de amortizações extraordinárias.
A FUNCESP, pela orientação da PREVIC, iniciou avaliação técnica para viabilizar a devolução de parte dos recursos contribuídos pela patrocinadora e participantes, sendo a devolução realizada em dezembro de 2016 no montante de R\$109.
Em 31 de dezembro de 2016, a FUNCESP indicou um *déficit* de R\$8.045, o qual também não está sujeito a equacionamento por parte da Companhia.
Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano (FUNCESP) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas.

16. Provisões para processos judiciais e outros

	Controladora e Consolidado	Controladora	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Provisão para processos judiciais e outros			Cauções e depósitos vinculados	
2016			2016	
2015			2015	

no momento, para a utilização do saldo, a Companhia guarda apenas a demanda dos Institutos. Em 2015 a Companhia manifestou interesse em executar o depósito à Secretaria de Meio Ambiente (SMA) de São Paulo e as tratativas, entre ambos, estão sendo feitas para assinatura do Termo de Reti-ratificação;

b.3) Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (anteriormente IBAMA) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental ("Compensação Ambiental") das usinas Água Vermelha, Caconde, Limeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. A Companhia iniciou tratativas com ICMBio e IBAMA, para a assinatura de novo Termo de Compromisso que permita o pagamento do saldo remanescente integralmente ao ICMBio, sem que seja necessário aguardar a solicitação das unidades de conservação ("execução indireta"), o último desembolso foi feito pela Companhia em 2012, quando restaram apenas obrigações relativas à regularização fundiária das unidades de conservação. Em 06 de julho de 2016 o Tribunal de Contas do União manifestou-se, de forma definitiva, contrário à execução indireta, com fundamento na legislação orçamentária e financeira pertinente. Até o momento, contudo, a Companhia não foi procurada pelo ICMBio, seja para formalizar o modo de execução da compensação, a partir de agora, ou para aditar o prazo de vigência do TCCA. Em paralelo, a Companhia está acompanhando a articulação institucional das Associações do Setor Elétrico, a fim de viabilizar a execução indireta da compensação ambiental. O saldo remanescente corrigido e provisionado até 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$9.195 (R\$8.118 até 31 de dezembro de 2015). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

c) Regulatório;

c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia em adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito "ex nunc" da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valerá para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$25.898 (R\$34.378 em 31 de dezembro de 2015).

c.2) A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2018. Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia recorreu desta decisão em segunda instância. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada uma nova decisão de segunda instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$33.515 (R\$31.282 em 31 de dezembro de 2015). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2019.

d) Fiscais;

d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre não homologação de 4 (quatro) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$140.384 (R\$133.516 em 31 de dezembro de 2015) envolvidos na discussão, apenas R\$5.531 (R\$5.259 em 31 de dezembro de 2015) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. Aguarda-se decisão em segunda instância administrativa sobre os recursos apresentados. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2018.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível, é de:

Controladora e Consolidado	
Valor estimado da Contingência	
2016	
Meio ambiente (a)	Não determinado
Cível* (b)	8.449
Fiscal (c)	265.746
Regulatório (d)	102.679
Imobiliário (e)	Não determinado
Total	376.874

* A Companhia também apresenta como processo cível a Obrigação de Expansão o qual, no momento, não é possível estimar o valor de um possível desembolso futuro.
A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema. Meio ambiente:

a) Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita, e possuem valor de causa simbólico motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Nas ações dos Reservatórios de Bariri e Nova Avanhandava não houve andamentos no último período. Já com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia.

b) Cível:
Obrigação de expansão: Vide nota explicativa nº 1.3.
b.1) Em 13 de março de 2013, a Dois Irmãos Comércio e Reflorestamento Limitada ("Dibre") moveu ação judicial contra a Companhia postulando valores supostamente devidos pela Companhia em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre as partes. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$6.481, atualizado até 31 de dezembro de 2016.
b.2) Fiscais:

c) Compensações de IRPJ e CSLL: Refere-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item d.1 da nota explicativa nº 16.1 sendo estimado como perda possível R\$134.853 de um total de R\$140.384 (R\$128.257 em 31 de dezembro de 2015). Aguarda-se decisão em segunda instância administrativa sobre os recursos apresentados.

c.2) Auto de infração - água: Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$102.784 atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$126.512 até 31 de dezembro de 2015). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. e Tietê Participações Ltda.. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do CARF, o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial a ser apreciado pela Câmara Superior do CARF. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

c.3) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento: Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração emitido pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$7.377 (R\$6.995 em 31 de dezembro de 2015).

d) Regulatório;

d.1) Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: A Resolução CNPE nº 3, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de averção a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.
Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.
Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexistência do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpor apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.
Em 07 de junho de 2016, por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Com base nas decisões judiciais e nos pareceres jurídicos obtidos pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética. A liminar obtida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) continua vigente.
Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$102.661, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 31 de dezembro de 2016 (R\$84.207 até 31 de dezembro de 2015).

e) Imobiliário:
e.1) Ismênia Francisco Alves apresentou Ação de Desapropriação indireta do imóvel confrontante em face da Companhia, em razão da erosão hídrica das águas do reservatório requerendo, além da indenização, realização de obras para contenção da erosão (águas do reservatório teriam invadido e inutilizado parte da propriedade da Autora). O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando sentença após a conclusão da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, esta deverá ser apurada em fase de liquidação de sentença, portanto, trata-se de valor instável.

16.3 Processos com probabilidade de ganho contingente (cujo caixa já foi recebido)
Rebuxamento hidrelétrico: Vide notas explicativas nºs 11 e 27.2 (C.2).
Vale ressaltar que a liminar continua vigente. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia estima o desembolso de aproximadamente R\$314.996 até 31 de dezembro de 2016, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares.
Cartas de fiança, seguro garantia e caução
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contratou 1 carta de fiança no valor de R\$383 e 2 seguros garantia no valor de R\$2.394 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segregada de R\$2.777, ao custo de 0,35% a a.. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

17. Encargos setoriais

	Reclassificado	
	Controladora e Consolidado	Controladora
	2016	2015
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	2.870	8.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	449	856
Ministério de Minas e Energia	224	428
Taxa de fiscalização ANEEL	572	513
CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	14.112	9.609
Subtotal	18.227	20.136
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	16.769	9.591
Subtotal	16.769	9.591
Total	34.996	29.727

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.
O capital social subscrito e integralizado é de R\$416.646 (R\$262.018 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 1.967.384.912 ações, sendo 775.174.584 ações ordinárias e 1.192.210.328 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.
Em 15 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE") deliberou pelo aumento do capital social no valor de R\$154.628, mediante a capitalização de parcela da reserva especial de ágio, com a emissão de 24.081.050 ações ordinárias e 37.036.400 ações preferenciais, idênticas às ações de tais espécies já existentes, ao preço de emissão de R\$2,53 por ação ordinária e R\$2,53 por ação preferencial, valores equivalentes a R\$12,65 por Unit.
A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	2016		2015	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	61,57	462.300.052	61,55
BNDESPAR	111.477.600	14,38	107.870.009	14,36
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,03	30.258.222	4,03
Outros	155.179.445	20,02	150.665.251	20,06
Total das ações	775.174.584	100,00	751.093.534	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	471.926	0,04	-	-
BNDESPAR	445.910.403	37,40	431.480.036	37,35
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	124.913.360	10,48	121.032.888	10,48
Outros	620.914.639	52,08	602.661.004	52,17
Total das ações	1.192.210.328	100,00	1.155.173.928	100,00

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite do capital social autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção das ações existentes e também poderá emitir bônus de subscrição.
Na emissão de ações dentro do limite do capital autorizado serão fixados: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço da emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das Sociedades por Ações").

18.2 Reservas e ajuste de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016		2015	
Reservas de capital:				
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	186.570	341.198		
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405		
Ações e opções de ações outorgadas (b)	2.097	1.950		
Subtotal	198.072	352.553		
Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	858.717	920.607		
Plano de previdência privada - ganhos (perdas) atuariais (c.2)	(3.289)	2.500		
Subtotal	855.428	923.107		
Reservas de lucro:				
Reserva legal (d)	73.425	52.404		
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	34.528	428.384		
Subtotal	107.953	480.788		
Total	1.161.453	1.756.448		
(a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda. no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; (ii) incorporação do ágio da AES Tietê Participações S.A. no montante de R\$25.617, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007; e (iii) incorporação do ágio da AES Brazilian Energy Holdings no montante de R\$108.652 como parte da reorganização societária, totalizando R\$341.198. Em 05 de julho de 2016, a Companhia obteve aumento de capital, mediante a capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio no valor de R\$154.628, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$186.570. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Holding Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. (c) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho atuarial do plano de pensão. (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1 de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.523, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como "Tributos e contribuições sociais diferidos" no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada. (c.2) Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$3.289 (positivo em R\$2.500 em 31 de dezembro de 2015), líquido de imposto de renda e contribuição social. (d) Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Conforme previsto na legislação, a reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para o encerramento do exercício de 2016, houve um incremento no saldo da reserva legal de R\$21.021, perfazendo o total de R\$73.425 em 31 de dezembro de 2016.				

19. Destinação do resultado

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	358.533	393.583
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	61.890	46.150
Ajuste por conta de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	615	1.642
Efeito da cisão	-	(63.256)
Efeito da incorporação	-	205.059
Constituição de reserva legal	(21.021)	(12.000)
Base para pagamento de dividendos	400.017	571.178
Destinação:		
Dividendos intermediários distribuídos	305.506	107.362
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	35.432
Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório	34.528	428.384
Juros sobre o capital próprio	59.983	-
Total Distribuído	400.017	571.178

19.1 Dividendos do exercício de 2015 pagos em 2016
Em dezembro de 2015, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$463.817, correspondente a R\$0,243311238 por ação ordinária e preferencial e R\$1,216556191 por Unit, sendo R\$35.433 imputados ao dividendo mínimo obrigatório e o saldo de R\$428.384 como dividendos complementares. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 25 de maio de 2016.

19.2 Dividendos do exercício de 2016 pagos durante o exercício
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovados pagamentos de dividendos intermediários de acordo com a previsão de seu Estatuto Social artigo 204 da Lei 6.404/76, conforme segue:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$89.382 correspondente a R\$0,046888648 por ação ordinária e preferencial e R\$0,234443239 por Unit. O pagamento foi realizado em 27 de junho de 2016.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$118.663 correspondente a R\$0,062248844 por ação ordinária e preferencial e R\$0,311244220 por Unit. O pagamento foi realizado em 27 de setembro de 2016.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$97.460 correspondente a R\$0,04953806 por ação ordinária e preferencial e R\$0,24769030 por Unit. O pagamento foi realizado em 25 de novembro de 2016.

19.3 Dividendos adicionais propostos
A Diretoria encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 14 de fevereiro de 2017, proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2016, no valor de R\$34.528 correspondente a R\$0,01754997248 por ação ordinária e preferencial e R\$0,0877498624 por Unit.
O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Juros sobre o capital próprio
Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 06 de dezembro de 2016, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$59.983 (apurado pelo valor bruto), correspondente a R\$0,03048851034 por ação ordinária e preferencial e R\$0,15244255170 por Unit. Este pagamento será realizado até o final do exercício social de 2017 sendo que a efetiva data de pagamento será determinada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia prevista para realizar-se até 20 de abril de 2017.

20. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.
As ações preferenciais e ordinárias da Companhia possuem direitos econômicos equivalentes.
Conforme mencionado na nota explicativa 18.1, a Companhia emitiu 24.081.050 ações ordinárias e 37.036.400 ações preferenciais através de capitalização de parcela da reserva especial de ágio. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim, considerou necessário ajustar a média ponderada de ações como se o evento tivesse ocorrido no início do último exercício apresentado conforme CPC 41. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi também ajustado para o exercício comparativo apresentado. Assim, tanto o numerador (lucro do período) quanto denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.
Demonstração do cálculo do lucro por ação - básico
A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Controladora e Consolidado		Individual	
	2016		2015	
Numerador:				
Resultado líquido de operações continuadas	358.533	394.076		
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	(493)		
Lucro líquido do exercício	358.533	393.583		
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	775.175	775.175		
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.192.210	1.192.210		
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00		
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.192.210	1.192.210		
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	1.967.385	1.967.385		
Denominador para lucro básico por ação ajust				

22. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ganhos na alienação de bens e direitos	1.112	-	1.112	1.680
Perdas na desativação de bens	(668)	-	(668)	-
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(2.690)	-	(2.690)	(2.690)
Doações	(3.972)	-	(3.972)	(13.717)
Seguros	(8.492)	(57)	(8.492)	(8.027)
Arrendamentos e alugueis	(1.206)	(3)	(1.206)	(1.087)
Outras contribuições setoriais	(5.445)	-	(5.445)	(5.325)
Impostos	(377)	(305)	(377)	(305)
Baixa de outros créditos	-	(436)	-	(436)
Outros	(39)	(20)	(39)	(649)
Total	(21.777)	(821)	(21.777)	(30.556)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	78.861	41.118	78.861	87.120
Renda de depósitos judiciais	4.616	3.716	4.616	4.661
PIS e COFINS sobre receita financeira	(4.265)	(1.115)	(4.265)	(3.116)
Postergação no pagamento - Eletropaulo (nota 25.1)	-	-	-	12.256
Furnas (*)	6.600	-	6.600	-
Outras	1.657	9	1.657	55
Total	87.469	43.728	87.469	100.976
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(193.146)	-	(193.146)	(197.428)
Atualização monetária - 4º e 5º debêntures	(19.959)	-	(19.959)	-
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(2.341)	-	(2.341)	(2.093)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (**)	17.713	-	17.713	23.123
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(62)	(20)	(62)	(20)
Cartas de fiança e seguros garantia	(2.743)	-	(2.743)	(1.707)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(4.330)	(2.755)	(4.330)	(8.198)
Atualização monetária rebaixamento (nota 11)	(25.115)	-	(25.115)	-
Perdas em investimentos	-	-	-	(2.390)
Outras	(1.811)	(43)	(1.811)	(3.297)
Total	(231.794)	(2.818)	(231.794)	(192.010)
Variáveis Cambiais, líquidas				
Ganho (perda) sobre o repasse de energia - Itaipu (nota 16.1)	8.480	-	8.480	(16.397)
Outras	45	-	45	(180)
Total	8.525	-	8.525	(16.577)
Total Líquido	(135.800)	40.910	(135.800)	(107.591)

(*) Em agosto de 2005, a Companhia propôs ação judicial na Justiça Federal do Rio de Janeiro contra Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") para cobrar valores referentes à energia vendida no mercado de curto prazo do Mercado Atacadista de Energia - MAE, entre setembro de 1999 e julho de 2000. A Companhia saiu vencedora na ação e a quantia total devida, R\$42.233, foi paga em 20 de março de 2010. Não obstante o recebimento total da dívida, Furnas deixou de pagar uma multa processual de 10%, pois não realizou o pagamento dentro do prazo legal. Assim, em maio de 2016, o Juízo determinou que Furnas realizasse depósito da multa no valor de R\$6.200. Os valores foram devidamente depositados e liberados pelo Judiciário à Companhia em julho de 2016. Contudo, em virtude do recesso do Judiciário do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos e da superveniência de uma greve dos bancos, a Companhia recebeu o valor do depósito judicial em 14 de outubro de 2016 que corrigido totaliza R\$6.600.

(**) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 16,5% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (15% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sobre os ativos qualificáveis.

24. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e a conciliação desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	(83.066)	(31.154)	-	-	(83.066)	(31.154)	(281.993)	(105.990)
Diferidos	(26.397)	(9.426)	31.983	10.784	(26.397)	(9.426)	52.525	18.288
Total	(109.463)	(40.580)	31.983	10.784	(109.463)	(40.580)	(229.468)	(87.701)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	508.576	508.576	351.309	351.309	508.576	508.576	1.055.927	1.055.927
Adições (exclusões):								
Amortização de intangível de concessão	-	-	(196.935)	(121.930)	-	-	(196.935)	(121.930)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(379.265)	(379.265)	-	-	-	-
Provisões	-	-	9.386	9.386	-	-	9.386	9.386
Doações	2.933	2.933	-	-	2.933	2.933	11.899	11.899
Depósitos judiciais	-	-	(2.750)	(2.750)	-	-	(2.750)	(2.750)
Juros sobre capital próprio	(59.983)	(59.983)	-	-	(59.983)	(59.983)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.812)	(2.812)	-	-	(2.812)	(2.812)	(4.255)	(4.255)
Outras	2.174	2.175	461	461	2.174	2.175	3.218	3.204
Total das adições (exclusões)	(57.688)	(57.687)	(569.103)	(494.098)	(57.688)	(57.687)	(179.437)	(104.446)
Resultado ajustado	450.888	450.889	(217.794)	(142.789)	450.888	450.889	876.490	951.481
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa perda na cisão	-	-	128.281	84.100	-	-	128.281	84.100
Constituição de créditos fiscais anos anteriores	-	-	(41.170)	(63.878)	-	-	(41.170)	(63.878)
Depósitos judiciais	-	-	2.750	2.750	-	-	2.750	2.750
Base de cálculo	450.888	450.889	(127.933)	(119.817)	450.888	450.889	966.351	974.453
Alíquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(112.722)	(40.580)	31.983	10.784	(112.722)	(40.580)	(241.588)	(87.701)
Incentivos fiscais	3.235	-	-	-	3.235	-	12.096	-
Outros	24	-	-	-	24	-	24	-
Total da receita (despesa) com tributos	(109.463)	(40.580)	31.983	10.784	(109.463)	(40.580)	(229.468)	(87.701)
Alíquota efetiva	21,5%	8,0%	-9,1%	-3,1%	21,5%	8,0%	21,7%	8,3%

25. Partes relacionadas

25.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Contas a receber de partes relacionadas:				
Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	-	-	-	271.814
Eletropaulo - Leilão (v)	-	-	4.920	-
Obrigações com entidade de previdência privada (ii)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (nota 15)	-	-	-	207
Total			4.920	272.021
Passivo				
Fornecedores:				
AES Big Sky (iii)	-	-	-	53
AES Eletropaulo - sublocação (iv)	-	-	27	-
Obrigações com entidade de previdência privada (ii)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (nota 15)	-	-	-	7.981
Provisões para processos judiciais e outros:				
AES Sul - Despacho 288 (nota 16.1 (d)) (*)	-	-	-	31.282
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil				
	-	-	12.381	8.593
Total			20.389	39.928

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado				
Receita operacional líquida	-	-	-	2.355.172
Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota 21)	-	-	-	-
Eletropaulo - Leilão (v) (nota 21)	60.356	-	60.356	-
AES Uruguaiana - Prestação de serviços (nota 21)	-	-	-	169
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii) (nota 15)	(814)	-	(814)	(1.758)
Serviços de terceiros:				
AES Big Sky (iii)	(69)	-	(69)	(53)
Outras receitas e despesas	-	-	-	-
Sublocação: AES Eletropaulo (iv)	(1.091)	(5)	(1.091)	(1.189)
Resultado financeiro	-	-	-	12.256
Postergação no pagamento - Eletropaulo (nota 23)	-	-	-	(27)
Outras variações monetárias - Eletropaulo	-	-	-	(2.189)
Variações Monetárias - AES Sul (Ordem 288) (nota 16.1 (d)) (*)	(2.189)	-	(2.189)	(3.020)
Total	56.193	(32)	56.193	2.361.550

(*) As transações com a AES Sul (atualmente RGE Sul) estão sendo demonstradas como parte relacionada até 31 de outubro de 2016, quando a AES Sul foi vendida para CPFL Jaguaruina Participações Ltda. Contudo, a discussão judicial envolvendo tanto a Companhia quanto a RGE Sul continua em andamento, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.1 (d).

(i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia com a empresa sob controle comum Eletropaulo, encerrado em 31 de dezembro de 2015.

(ii) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo do fundo, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 15.1.

(iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.

(iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária) e entre a Eletropaulo e a incorporadora AES Tietê, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.904/2012.

(v) A partir de janeiro de 2016, a Companhia passou a vender energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, para a Eletropaulo. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$142,00, e o volume envolvido é de aproximadamente 49,7 MW/m. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL.

Contrato de Cooperação Recíproca
A Companhia e a Eletropaulo assinaram em 05 de junho de 2014 um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, como condicionante da licença de operação, precisa recompor a cobertura vegetal no entorno dos reservatórios e manter um viveiro de mudas. Assim a Companhia elaborou um Plano de Reflorestamento com previsão de conclusão até o final da concessão (2029) e conta com a formação de parcerias para seu cumprimento. Já a Eletropaulo, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental ("TCRAs") celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") a serem cumpridos. Desta forma a parceria se caracteriza com: (i) a Companhia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente; e (ii) a Eletropaulo sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada. Através desta parceria já foram plantados 76,72 hectares, sendo 50,75 hectares nas dependências da Usina Hidrelétrica de Promissão e 27,97 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. Estão previstos mais 37,35 hectares para plantio até julho de 2017. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos a serem demonstrados como parte relacionadas.

25.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Benefícios de curto prazo (a)	6.216	5.051
Benefícios pós-emprego (b)	75	168
Outros benefícios de longo prazo (c)	487	168
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-
Remuneração baseada em ações (d)	147	143
Total	7.114	5.530

A remuneração dos administradores é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.2 (b), das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/01/2017	31/12/2017	3.250.000
Vida em grupo	01/01/2017	01/01/2018	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2016	01/04/2017	40.000
Riscos ambientais	01/04/2016	01/04/2017	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2016	01/04/2017	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2016	01/04/2017	100.000

O seguro de frota de veículos - RCF - é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (cosseguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Instrumentos financeiros
27.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros
Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	Controladora e Consolidado		Controladora		Categoria
		2016		2015		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e Equivalentes de caixa	4	72.086	72.086	558	558	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4	505.531	505.531	746.210	746.210	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores	5	159.972	159.972	40.772	40.772	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	25	4.920	4.920	271.814	271.814	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	16	4.465	4.465	37.008	37.008	Empréstimos e recebíveis
Total		746.974	746.974	1.096.362	1.096.362	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	411.782	411.782	352.076	352.076	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	13	1.445.922	1.481.947	1.390.853	1.281.758	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	13	648	648	805	805	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		52.569	52.569	36.828	36.828	
Total		1.910.921	1.946.946	1.780.562	1.671.467	

A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Para a rubrica Debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contábilizado.

Após reavaliação da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa, que possui somente ativo financeiro não derivativo com pagamento determinável (conforme definição do CPC 38), e objetivando a melhor apresentação, a Companhia reclassificou de ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado para empréstimos e recebíveis no exercício findo em 3

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 30 de dezembro de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Taxa de Juros	Posição em 31.12.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,78%	8,67%	11,56%	14,45%	17,34%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	71.170	4.114	6.170	8.227	10.284	12.341
Investimentos de curto prazo	CDI	505.531	29.220	43.830	58.439	73.049	87.659
Subtotal		576.701	33.334	50.000	66.666	83.333	100.000
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Taxa de Juros	Posição em 31.12.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,78%	8,67%	11,56%	14,45%	17,34%
Debêntures - 2ª Emissão	CDI+	(506.701)	(33.522)	(48.281)	(63.040)	(77.800)	(92.559)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20%						
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	do CDI	(311.951)	(21.159)	(30.260)	(39.360)	(48.461)	(57.562)
Subtotal	CDI +	(149.713)	(12.058)	(16.478)	(20.898)	(25.317)	(29.737)
IPCA			2,44%	3,65%	4,87%	6,09%	7,31%
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA +	(324.130)	(35.909)	(40.162)	(44.449)	(48.737)	(53.025)
Debêntures - 5ª Emissão	8,43% a.a.						
Subtotal	IPCA +	(180.721)	(16.517)	(18.847)	(21.196)	(23.545)	(25.894)
Total da exposição líquida	6,54% a.a.	(504.851)	(52.426)	(59.009)	(65.645)	(72.282)	(78.919)
		(896.515)	(85.831)	(104.028)	(122.277)	(140.527)	(158.777)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava cumprindo os termos dos covenants (vide nota explicativa nº 13.7).

Caso a Companhia não possa cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes para a Companhia

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados.

(c.2) Risco hidrológico

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído por usinas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo ONS, que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada no mecanismo é alocado para cada usina hidrelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado "Energia Secundária", é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como "Rebaixamento" da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurarem.

Anualmente, no mês de dezembro, a Anel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 13 de dezembro de 2016, foi homologado pela ANEEL os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2017. O PLD mínimo foi estabelecido em R\$33,68/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH. O PLD máximo, foi estabelecido em R\$533,82/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Desde 2014, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Devido à melhora da hidrologia do período úmido 2015/2016 e a redução do consumo de energia por conta da situação econômica, o PLD chegou a alcançar o piso regulatório no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Para 2016 a Companhia comercializou 88% de sua energia no mercado livre através de contratos bilaterais e 7% no mercado regulado por meio de leilão público mantendo 5% restantes da garantia física de proteção contra o risco hidrológico.

Para 2017, a Companhia comercializou 88% de sua energia, sendo que 6% permanece no ambiente regulado e 82% está no mercado livre. Os 12% restantes da garantia física constituem um mecanismo de proteção contra o risco hidrológico. Importante ressaltar que a margem comercial em 2017 poderá ser impactada principalmente pelo PLD e GSF.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015), convertida na Lei nº 13.203/2015, de 09 de dezembro de 2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existem duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

A ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) obteve subsídios para estabelecer os critérios de anuência e condições de repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE, descritos na Resolução Normativa ANEEL 684 de 11 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.203/2015. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta por não a considerar atrativa economicamente. Vale ressaltar que a liminar continua vigente e, caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$314.996 (vide detalhes na nota explicativa nº 11).

(c.3) Risco de Recontratação (volume, preço e diferença de submercado)

Até 31 de dezembro de 2015, quase toda a garantia física da Companhia era vendida para a Eletropaulo com preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$217,85/MWh. Esse contrato teve vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia está sendo vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Portanto, a partir de 2016, a receita da Companhia está diretamente ligada ao preço de recontração desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2012, a Companhia definiu a estratégia para comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, com o objetivo de aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre.

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontração dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reserva para proteção contra o risco hidrológico. A posição de contratação da carteira da Companhia é de 95% e 88%, com preços médios de R\$147/MWh e R\$153/MWh para 2016 e 2017, respectivamente.

Em dezembro de 2015 a Companhia participou do leilão de energia A-1, pelo qual firmou contratos de energia no ambiente regulado - CCEAR. Os referidos contratos têm prazo de duração de 3 anos, com preço médio de R\$142,00/MWh. A Companhia vendeu 90 MWm, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a Eletropaulo, empresa do mesmo grupo econômico. As condições contratuais são regulamentadas pela ANEEL. Dos 90 MWm vendidos no Leilão, aproximadamente 79,5 MWm continuam comprometidos com o ambiente regulado em 2017. A redução foi ocasionada pelos processamentos do MCSD (Mecanismo de compensação de sobras e déficits) e pelos acordos bilaterais firmados para redução parcial ou total de suprimento de energia conforme Resolução Normativa ANEEL nº 711.

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercado caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo. A Companhia poderá também efetuar operações comerciais para mitigar o risco de exposições à diferença de preços entre submercado.

(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica
Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades

da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

Risco Socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da AES Tietê Energia S/A estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

Visando mitigar os impactos ambientais de suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para medição de informações (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da AES, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável, e ainda converge e estabelece as diretrizes para a atuação da empresa considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética), e Empresa Amiga da Criança.

Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui uma obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Atualmente, há um processo movido pelo Governo do Estado de São Paulo, cujo detalhamento está divulgado na nota explicativa nº 1.3.

28. Informações complementares

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado		Consolidado	
	2016		2015	
Compensações de PIS e COFINS		152.713		47.061
Compensações de IRPJ e CSLL		18.873		10.639

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	Controladora e Consolidado		Consolidado	
	2016		2015	
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais		169.855		172.995
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)		17.713		23.123
Pagamento de juros conforme nota explicativa nº 13.2		187.568		196.118

As Demonstrações do valor adicionado

Em 2016, a Companhia investiu em projetos sociais nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, capacitação profissional inclusiva, acesso à energia e eficiência energética, influência social com recursos financeiros próprios, de leis de incentivo e do Programa de Eficiência Energética. A partir de 2017, a atuação social voluntária da Companhia passa a ser gerida pelo Instituto AES Brasil, com foco em inovação social.

29. Investimentos e gastos em meio ambiente

Do total de investimentos e gastos com meio ambiente em 2016, R\$15.881 foram registrados no resultado do exercício e R\$428 foram destinados a investimentos registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

	Controladora e Consolidado		Consolidado	
	2016		2015	
Licenciamento e programas ambientais		13.072		11.212
Gestão Operacional		194		105
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)		1.601		1.054
Projetos de P&D		1.442		3.133
Total		16.309		15.504

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2016, a Companhia manteve a certificação ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) no Sistema de Gestão Integrado, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em todas as suas usinas. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2016, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões e a participação ativa no Sistema de Comércio de Emissões, uma das iniciativas da Fundação Getúlio Vargas - Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP *Climate Change* (Carbon Disclosure Project) e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

O Projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) de reflorestamento obteve aprovação final das Nações Unidas quanto ao relatório de monitoramento e os créditos de carbono verificados no primeiro período do projeto (2001-2012) foram emitidos pelas Nações Unidas. A Companhia negociou aproximadamente 167 mil créditos de carbono com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento no início de 2014.

A Companhia desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles: (i) O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal;

(ii) O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aqüicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas (pacu-guaçu, curimatã, dourado, piracanjaba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;

(iii) O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;

(iv) O programa de monitoramento e conservação da fauna terrestre tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios são realizados através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), através de sistema de detecção de mudanças, imagens de satélite, levantamentos aerofotogramétricos e fiscalizações de campo com equipe técnica especializada. O CMR utiliza sistemas e equipamentos de última geração, para mapeamento e cadastramento em campo, como sistema GIS e drones. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e também pela remoção de ocupações irregulares. Critérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

30. Compromissos

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, e possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia possui compromissos de monitoramento de potenciais hidrúlicos tais como reflorestamento, preservação das matas, produção de peixes, monitoramento de plantas aquáticas, entre outros.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2016.

31. Evento subsequente

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia acordou com a Renova Energia S.A. ("Renova") proposta para a aquisição do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II ("Complexo Eólico Alto Sertão II"), detido por 15 (quinze) Sociedades de Propósito Específico, cuja a totalidade da participação acionária pertence a Renova Eólica Participações S.A. ("Potencial Aquisição"). Em 20 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Renova Energia S.A. aprovou a aceitação da oferta vinculante enviada pela Companhia e a exclusividade ali prevista.

A consumação da Potencial Aquisição ainda dependerá, dentre outros fatores, da negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, da conclusão satisfatória pela Companhia da auditoria legal, técnica e contábil em andamento, das aprovações societárias necessárias, e da aprovação prévia dos credores do Complexo Eólico Alto Sertão II.

O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 386,1 MW, e energia contratada por 20 (vinte) anos, por meio dos leilões de energia nova realizados em 2010 e 2011.

A referida proposta estabelece um valor total de aquisição de R\$650.000 (ainda sujeito a alterações), assim como os principais termos e condições da Potencial Aquisição, e concede a Companhia exclusividade em sua negociação, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para as partes firmarem o Contrato de Compra e Venda das ações da Renova Eólica Participação S.A. ("SPA").

O preço de aquisição está sujeito a ajustes usuais em operações dessa natureza e a Potencial Aquisição, se concluída, será submetida a condições precedentes comuns para este tipo de operação, conforme os termos da proposta e os que serão previstos no SPA, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

A Potencial Aquisição contribuirá para a estratégia de crescimento da Companhia de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, reiterando o compromisso dos seus acionistas com o investimento no País.

Arminio Francisco Borjas Herrera	Francisco Jose Morandi Lopez	Britaldo Pedrosa Soares - Presidente do Conselho	Luiz Pinguelli Rosa	Cláudio José de Oliveira Magalhães
Julian Jose Nebreda Marques	Berned Raymond da Santos Ávila	Vincent Winslow Mathis	Franklin Lee Feder	Paulo Roberto Robin Carvalho

DIRETORIA

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho Diretor-Presidente	Sidney Simonaggio Diretor Vice-Presidente	Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor Vice-Presidente	Marcelo Antonio de Jesus Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário
Charles Lenzi Diretor Vice-Presidente	Francisco Jose Morandi Lopez Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores	Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino Diretor Vice-Presidente	Renato Resende Paes Contador - CRC ISP 308201/O-9

O Conselho Fiscal da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nos seus

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017

Marcos Antonio Quintanilha
 Contador CRC-1SP132776/O-3

Os Diretores da **AES Tietê Energia S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, **Declaram** que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Barueri, 14 de fevereiro de 2017

Diretores

Charles Lenzi
 Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
 Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio
 Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
 Diretor Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
 Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

A CARTEIRA EM QUE SEMPRE QUEREMOS ESTAR.



Estamos presentes no ISE, importante chancela que reconhece a forma transparente e ética com que administramos os negócios e geramos valor para nossos públicos de relacionamento. Para nós da AES, isso significa ainda mais. É um farol que nos ajuda a alcançar nossa visão: ser reconhecida pelos nossos clientes e acionistas como a principal parceira de soluções inovadoras de energia segura, sustentável, confiável e acessível.